

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE – UNESC

CURSO DE DIREITO

ANA PAULA SILVÉRIO TOMASI

**OS DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS DAS MULHERES EM SITUAÇÃO DE
CÁRCERE: ESTUDO SOBRE A POLÍTICA NACIONAL DE ATENÇÃO AS
MULHERES EM SITUAÇÃO DE PRIVAÇÃO DA LIBERDADE NO CONTEXTO
BRASILEIRO COM ENFOQUE EM SANTA CATARINA**

CRICIÚMA

2017

ANA PAULA SILVÉRIO TOMASI

**OS DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS DAS MULHERES EM SITUAÇÃO DE
CÁRCERE: ESTUDO SOBRE A POLÍTICA NACIONAL DE ATENÇÃO AS
MULHERES EM SITUAÇÃO DE PRIVAÇÃO DA LIBERDADE NO CONTEXTO
BRASILEIRO COM ENFOQUE EM SANTA CATARINA**

Trabalho de Conclusão do Curso, apresentado
para obtenção do grau de Bacharel no Curso de
Direito da Universidade do Extremo Sul
Catarinense – UNESC.

Orientador: Prof. Especialista Leandro Alfredo
da Rosa

CRICIÚMA

2017

ANA PAULA SILVÉRIO TOMASI

**OS DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS DAS MULHERES EM SITUAÇÃO DE
CÁRCERE: ESTUDO SOBRE A POLÍTICA NACIONAL DE ATENÇÃO AS
MULHERES EM SITUAÇÃO DE PRIVAÇÃO DA LIBERDADE NO CONTEXTO
BRASILEIRO COM ENFOQUE EM SANTA CATARINA**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado
pela Banca Examinadora para obtenção do
Grau de Bacharel, no Curso de Direito da
Universidade do Extremo Sul Catarinense,
UNESC, com linha de pesquisa em Direito
Penal.

Criciúma, 29 de novembro de 2017.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Leandro Alfredo da Rosa – Especialista – (UNESC) – Orientador

Prof. Mônica Ovinski De Camargo Cortina – Mestre – (UNESC)

Prof. Alfredo Engelmann Filho – Especialista – (UNESC)

Dedico esta pesquisa aos meus pais, por serem minha luz aqui na Terra, pelo amor sincero que eles têm por mim e por serem a razão da minha vida.... Eu amo, incondicionalmente, vocês!

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus que, através da sua bondade sem tamanho, permitiu que tudo isso acontecesse, por toda força de vontade que me concedeste ao longo da vida, por todas as pessoas maravilhosas que colocastes em meu caminho, sei que nada é em vão e nada acontece por acaso, obrigada Pai!

Ao meu amado pai, Francisco Tomasi, que com seu jeito firme, mas humilde, me ensinou a ser forte e a enfrentar as tempestades sem hesitação, mas que ainda assim, à sua maneira, é o pai mais carinhoso e amoroso do mundo, contudo, insiste em me lembrar de que fomos criados para o mundo, e que este, na maior parte do tempo não é nada carinhoso, tampouco amoroso. Pai, que apesar de ter me protegido, jamais tentou limitar meus ensejos, ainda que eu seja sua única filha. Muito pelo contrário, me ensinou que eu posso conquistar tudo que eu desejar, desde que eu trabalhe com determinação, vontade e afinco, e que o conhecimento é a única coisa que jamais poderão tirar de mim. Você, pai, me encorajou e me incentivou em todos os projetos nos quais me empenhei a realizar, por isso, neste momento tão importante só poderia dizer, muito obrigada por tudo meu "*papito*".

A minha doce mãe Simone Silvério, que, além de ter me presenteado com seus traços físicos, me mostrou o quão maravilhoso o amor materno pode ser, que me ensinou que a vida é mais gostosa quando a encaramos com bom humor, e que toda hora é hora para se dizer um "eu te amo". Mãe que me fez descobrir que uma aparência jovial e meiga pode revelar uma mulher de força inimaginável. Com muitos abraços e beijos me ensinou que não há mal algum em amar demais, o azar é daquele que não sabe receber esse amor. Por tudo que já vivemos, só tenho a lhe agradecer, obrigada minha rainha, minha heroína, minha doce "*mãezinha*".

Pai e Mãe, vocês me educaram e são responsáveis pela pessoa que eu me tornei. A vida toda me espelhei em vocês, não poderia ter tido exemplos melhores, obrigada por toda paciência e empenho, pois sei que muitas vezes fui teimosa e intransigente, mas vocês jamais deixaram de acreditar em mim.

Agradeço ainda, a todos os professores da UNESC que, cada um da sua forma, contribuíram para a minha formação acadêmica e pessoal. Essa jornada não poderia ter sido completa sem vocês.

Agradeço especialmente ao Prof. Leandro Alfredo da Rosa, que, com toda certeza, engrandeceu e engrandece a vida de todos os alunos que com ele puderam aprender. Comigo não poderia ter sido diferente, você me inspirou e inspira, através do seu exemplo, a buscar ser um profissional que acredita e ama aquilo que faz. Não sabes a felicidade que foi quando o Sr. aceitou ser meu orientador. Jamais esquecerei do seu exemplo, muito obrigada por tudo Professor Leandro.

Por fim, agradeço àquelas pessoas que me acompanharam ao longo dessa jornada, aos amigos que a Faculdade me presenteou e que me ajudaram a me manter firme nesse objetivo, como a Géssica Marcello Gregório, a Caroline Fontanella Brognoli, o Mateus Colombo da Rocha Porto e a Bárbara Bespalec da Silva, dentre muitos outros. Aos colegas de trabalho da 2ª Delegacia de Polícia Civil de Criciúma que viraram amigos para a vida, agradeço pelo incentivo a sempre buscar fazer o melhor. Ao Giovane Marcelino Leandro e ao Raphael Costa Patrício que sempre acreditaram em mim, vocês não têm ideia da importância que vocês têm na minha vida. Agradeço, de coração, a todos!

“O saber a gente aprende com os mestres e os livros. A sabedoria se aprende é com a vida e com os humildes.”

Cora Coralina

RESUMO

Durante muito tempo a população carcerária feminina passou despercebida aos olhos do Poder Público, haja vista sua baixa representatividade, contudo, com o passar dos anos, o número de segregadas aumentou consideravelmente, razão pela qual faz-se necessário adequar as unidades prisionais às necessidades do sexo feminino. O objetivo desse trabalho é estudar as legislações e as políticas públicas pertinentes ao tema e fazer uma análise da realidade dos presídios brasileiros, especialmente o de Criciúma – SC, buscando avaliar se os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres em situação de cárcere estão sendo respeitados, bem como se há outros tipos de assistências, como fornecimento de materiais de higiene. A metodologia de pesquisa a ser utilizado é o dedutivo, em pesquisa teórica e qualitativa com emprego de material bibliográfico e artigos científicos. Através da pesquisa pode-se avaliar que a maior parte dos estabelecimentos prisionais não estão preparados para custodiar o sexo feminino, ainda que alguns destes sejam exclusivamente destinados a elas. O que podemos concluir através da pesquisa é que as mulheres encarceradas se tornaram invisíveis aos olhos do Poder Público, ocasionando uma supressão dos direitos e garantias desta parcela da sociedade.

Palavras-chave: Mulher. Gênero. Encarceramento. Desigualdade. Direitos Fundamentais.

ABSTRACT

For a long time the female prison population went unnoticed in the eyes of the Public Power, given its low representation, however, over the years, the number of segregated has increased considerably, reason why it is necessary to adapt prison units to the needs of the women. The objective of this study is to examine the legislation and public policies pertinent to the subject and to analyze the reality of Brazilian prisons, especially in Criciúma - SC, seeking to assess whether the sexual and reproductive rights of women in prison are being respected, as well as whether there are other types of assistance, such as the provision of hygiene materials. The research methodology to be applied is the deductive, in theoretical and qualitative research using bibliographical material and scientific articles. Through the research it can be evaluated that most prisons are not prepared to guard the female gender, although some of these are exclusively destined to them. What we can conclude from the research is that incarcerated women have become invisible in the eyes of the Public Power, causing a suppression of the rights and guarantees of this part of society.

Key words: Woman. Gender. Incarceration. Inequality. Fundamental Rights.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | |
|--|----|
| Gráfico 1 – Evolução da População Carcerária Feminina até 2012 | 29 |
| Gráfico 2 – Princípios Norteadores da Política Nacional | 36 |
| Gráfico 3 – Destinação do Estabelecimento por Sexo no Brasil | 49 |
| Gráfico 4 – Evolução da População Carcerária por Sexo | 49 |
| Gráfico 5 – Evolução da População Carcerária Feminina até 2014 | 50 |
| Gráfico 6 – Quantidade de Presas e Quantidade de Vagas Femininas | 50 |
| Gráfico 7 – Mulheres em Unidades Femininas por Situação de Lotação | 51 |
| Gráfico 8 – Destinação do Estabelecimento por Sexo | 52 |
| Gráfico 9 – Percentual de Mulheres Presas sem Condenação | 53 |
| Gráfico 10 – Estado Civil das Mulheres Privadas de Liberdade no Brasil | 54 |
| Gráfico 11 – De Quem Recebem Visitas – Estado de São Paulo | 55 |
| Gráfico 12 – Faixa Etária das Mulheres Privadas de Liberdade no Brasil | 55 |
| Gráfico 13 – Escolaridade das Mulheres Privadas de Liberdade no Brasil | 56 |
| Gráfico 14 – Existência de Cela/Dormitório Adequado para Gestantes em Unidades Femininas e Mistas no Brasil | 57 |
| Gráfico 15 - Existência de Berçário e/ou Centro de Referência em Unidades Femininas e Mistas no Brasil | 57 |
| Gráfico 16 – Distribuição por sexo dos crimes tentados/consumados entre os registros das pessoas privadas de liberdade | 59 |
| Gráfico 17 – Tempo total de penas da população prisional feminina condenada | 59 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CIPD – Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento das Nações Unidas

CP – Código Penal

CPP – Código de Processo Penal

INFOPEN – Sistema Nacional de Informações Penitenciárias

LEP – Lei de Execução Penal

MJ – Ministério da Justiça

ONU – Organização das Nações Unidas

PNAMPE – Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

SPM – Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| 1. INTRODUÇÃO | 13 |
| 2. OS DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS COMO DIREITOS FUNDAMENTAIS DAS MULHERES | 15 |
| 2.1 DIGNIDADE HUMANA x DIREITOS HUMANOS DAS MULHERES x DIREITOS FUNDAMENTAIS | 17 |
| 2.2 SAÚDE SEXUAL E DIREITOS REPRODUTIVOS | 21 |
| 2.3 DESIGUALDADE DE GÊNERO | 23 |
| 2.4 CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE POPULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO - PLATAFORMA DE AÇÃO DO CAIRO 1994 | 26 |
| 2.5 DECLARAÇÃO E PLATAFORMA DE AÇÃO DA IV CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE A MULHER – PEQUIM 1995 | 27 |
| 2.6 REGRAS DE BANGKOK – REGRAS DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O TRATAMENTO DE MULHERES PRESAS E MEDIDAS NÃO PRIVATIVAS DE LIBERDADE PARA MULHERES INFRATORAS | 29 |
| 3. POLÍTICAS PÚBLICAS QUE TRATAM SOBRE MULHERES E SEUS MOVIMENTOS SOCIAIS | 32 |
| 3.1 A POLÍTICA PÚBLICA DE ATENÇÃO ÀS MULHERES EM SITUAÇÃO DE PRIVAÇÃO DE LIBERDADE E EGRESSAS DO SISTEMA PRISIONAL | 34 |
| 3.2 OS DIREITOS E DEVERES DO (AS) APENADOS (AS) NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 | 39 |
| 3.3 OS DIREITOS E DEVERES DOS (AS) APENADOS (AS) NA LEI DE EXECUÇÃO PENAL | 41 |
| 3.4 DAS NORMATIVAS APLICADAS PELA SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DE SANTA CATARINA EM FAVOR DAS MULHERES | 45 |
| 4. A REALIDADE DOS ESTABELECIMENTOS PRISIONAIS FEMININOS NO BRASIL | 48 |
| 4.1 ESTABELECIMENTOS PRISIONAIS E A EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO CARCERÁRIA | 48 |
| 4.2 ESTADO CIVIL E ESCOLARIDADE | 54 |
| 4.3 DAS GESTANTES NO SISTEMA PRISIONAL | 56 |

| | |
|---|-----------|
| 4.4 DELITO E O TEMPO DA PENA | 58 |
| 4.5 DAS MULHERES TRANSEXUAIS NOS ESTABELECIMENTOS PRISIONAIS .. | 60 |
| 5. CONCLUSÃO | 62 |
| REFERÊNCIAS | 64 |
| ANEXO | 69 |
| ANEXO A – MAPA DE PRESÍDIOS EM SANTA CATARINA 2016 | 70 |

1. INTRODUÇÃO

Hoje, no Brasil, a realidade não se enquadra nas previsões da Constituição e da Política Pública de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade. De acordo com o DEPEN, o déficit carcerário feminino atual é de aproximadamente 13 mil vagas, sendo que as mulheres que já se encontram em situação de liberdade cerceada, têm de se adaptar aos espaços físicos criados para o cumprimento de pena como se homens fossem, ou seja, não recebendo atendimento diferenciado conforme suas distintas necessidades. Esse déficit reproduz invisibilidade das necessidades peculiares às mulheres, há necessidade de que sejam construídas estruturas físicas e desenvolvidos serviços penais e programas sociais condizentes com as particularidades do sexo feminino.

De acordo com a Política Pública de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade, as especificidades de gênero não vêm sendo consideradas no sistema carcerário, haja vista o reduzido número de mulheres encarceradas, se comparado ao número de homens. O tratamento dado à mulher aprisionada, muitas vezes, transcende o caráter punitivo da pena e causa penalizações além do sentenciado. Ser mulher, dentre outras, significa valer-se de certas peculiaridades. Peculiaridades estas que o Sistema Penal alicerçado para o sexo masculino não é capaz de prover, como acompanhamento ginecológico adequado, assistência pré-natal, ou até mesmo itens básicos de higiene, como absorventes.

Averiguada essa deficiência no sistema prisional houve a necessidade da criação da Política Pública de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade, a fim de que as necessidades femininas, ainda que no cárcere, fossem atendidas.

A presente monografia tem por objetivo analisar a atual situação das mulheres encarceradas no Brasil, fazendo uma análise do que determina a Constituição Federal e a Política Pública de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade com a realidade de hoje encontrada nos estabelecimentos prisionais do Brasil que custodiam mulheres, a partir dos dados do DEPEN, além

disso, busca demonstrar a importância dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, considerados como direitos fundamentais.

No primeiro capítulo serão abordados temas como direitos sexuais e reprodutivos enquanto direitos fundamentais, além dos princípios da dignidade humana e dos direitos humanos das mulheres. Na sequência, sobre a desigualdade de gênero, com intuito de apontar os evidentes contrastes da realidade feminina versus a masculina e ao final deste capítulo, serão trazidos temas pertinentes ao contexto do trabalho, como a Plataforma de Ação do Cairo, bem como a IV Conferência Mundial sobre a Mulher e as Regras de Bangkok, todos estes temas tratam sobre direitos das mulheres.

Já no segundo capítulo, buscou-se, primeiramente, conceituar políticas públicas, para então, ingressar na Política Pública de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade, que prevê o tratamento adequado a ser dado às mulheres encarceradas. Fazendo conexão à essa Política Pública, falar-se-á dos direitos e garantias previstos, tanto na Constituição Federal de 1988, quanto na Lei 7.210/84 – Lei de Execuções Penais, e para concluir essa linha de raciocínio, buscou-se dados de mulheres encarceradas no Estado de Santa Catarina, afim de confrontar a realidade com a previsão legal.

Por fim, no terceiro capítulo fez-se uma vasta análise, com base nos dados do INFOPEN, sobre os presídios brasileiros que custodiam mulheres, para novamente, confrontar a realidade com a previsão legal, e o resultado a qual se chega é impressionante. Diversos gráficos demonstram que o cárcere feminino, haja vista sua inexpressividade, está esquecido pelas autoridades.

O método de pesquisa a ser utilizado neste trabalho será o dedutivo, em pesquisa teórica e qualitativa com emprego de material bibliográfico e artigos científicos.

2. OS DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS COMO DIREITOS FUNDAMENTAIS DAS MULHERES

A conquista dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres é o resultado dos diversos movimentos feministas mundiais que lutaram pela criação e aperfeiçoamento de legislações, políticas públicas e diretrizes para proteger a saúde da mulher, bem como informa-las dos métodos contraceptivos, além da prevenção de doenças sexualmente transmissíveis. (BRAUNER, 2003, p.8).

Nesse período de construção do feminismo como movimento político, do ponto de vista de sua organicidade, diria que a base organizacional se assentava na solidariedade. A solidariedade entre as mulheres que projetavam uma identidade coletiva comum. Essa ideia de uma identidade coletiva comum foi fundamental como elemento estruturante do movimento. E a identidade coletiva comum era estruturada em função da questão de discriminação. A mulher ainda era, nas leis e na vida, uma cidadã de segunda categoria no Brasil. O movimento feminista questionava os alicerces culturais nos quais se apoiava esta desvalorização do feminino, a sua expressão em leis, em práticas, em linguagens simbólicas; questionava essa desigualdade que permeava as relações entre homens e mulheres no nosso país, que eram naturalizadas por uma série de valores e crenças. (ABREU, 2011, p. 19).

A definição de Direitos Reprodutivos apresenta controvérsias, apesar de positivada, diferente da definição de Direitos Sexuais, que ainda não apresenta um conceito preciso. Na obra “Direitos Reprodutivos no Brasil” a pesquisadora Miriam Ventura ensina:

O conceito de Direitos Reprodutivos, apesar das oposições existentes, encontra-se legitimado. Já o conceito de Direitos Sexuais ainda não tem o reconhecimento na sua extensão ideal. Em geral, são reconhecidos nas leis e políticas públicas relacionados aos Direitos Reprodutivos, utilizando-se a expressão “Direitos Sexuais e Reprodutivos”. (VENTURA, 2009, p. 21).

Deste modo, é possível entender que os conceitos de Direitos Sexuais e Reprodutivos são conexos e complementares. Os Direitos Sexuais e Reprodutivos estão atrelados aos direitos humanos básicos, legitimados pela ordem mundial desde a Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 10 de dezembro de 1948, e nas diversas leis internacionais e nacionais sobre direitos humanos. (ONU, 2017a).

O controle exercido sobre os homens que estão em situação de cárcere tem caráter objetivo, qual seja, controlar os corpos, tão somente regular onde eles vão ou deixam de ir e em qual horário farão isso. Já o controle exercido sobre as mulheres encarceradas transcende este caráter objetivo e atinge diretamente a condição

psíquica da mulher, que se vê sem autonomia alguma sobre seu próprio corpo, deixando de ter direito à privacidade e liberdade sexual, por exemplo.

Receber uma visita íntima nas dependências dos estabelecimentos prisionais é muito mais que um direito previsto no art. 41, X, da Lei de Execuções Penais de 1984, é uma necessidade natural. (BRASIL, 2017a).

No brilhante artigo sobre as diversas violações que as mulheres sofrem durante o encarceramento, as autoras recordam uma das origens das razões que fizeram o tratamento dado a mulher ser diferente daquele dado ao homem em situação de aprisionamento, conforme segue:

[...] como reflexo da cultura patriarcal reguladora da sexualidade feminina, na maioria dos estabelecimentos prisionais a autorização para que as mulheres possam efetivamente receber visitas íntimas necessita de preliminar participação em curso de orientação sobre o controle de natalidade e prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, o que não é requerido ou sequer previsto para homens em mesma situação. [...] (OSÓRIO, ALBUQUERQUE, GOULART, 2017, p. 6-7).

Ocorre que, se a mulher for gestante ao adentrar no sistema prisional, ou, se engravidar durante o cumprimento da pena, o §2º do art. 83 da Lei 7.210/84 – Lei de Execuções Penais dispõe que “os estabelecimentos penais destinados a mulheres serão dotados de berçário, onde as condenadas possam cuidar de seus filhos, inclusive amamentá-los, no mínimo, até 6 (seis) meses de idade” (BRASIL, 2017a), mas, de acordo com o Relatório INFOPEN Mulheres, realizado em junho de 2014, pelo Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça, que levou em consideração a população carcerária feminina de 37.380 mulheres – que estão custodiadas em unidades femininas e mistas – somente 34% das unidades possuem cela ou dormitório adequado para gestante, mas levando em consideração as unidades mistas, este número cai drasticamente, vê-se então, que a realidade do cárcere brasileiro é outra da positivada na Lei. (BRASIL, 2017b).

Diante dessa notória desigualdade de tratamento dado às mulheres, se comparando com os homens, faz-se imprescindível reivindicar tratamento isonômico entre os sexos, mas não apenas uma igualdade formal, e sim equidade material, de fato, para que possam atender as necessidades diversas de cada um dos sexos, com intuito de não mais submeter as mulheres a um estabelecimento predominantemente criado para o homem.

2.1 DIGNIDADE HUMANA X DIREITOS HUMANOS DAS MULHERES X DIREITOS FUNDAMENTAIS

A concepção de dignidade humana teve sua conceituação modificada ao longo da história. Na antiguidade clássica se dizia que dignidade da pessoa humana versava sobre posição social que um indivíduo possuía dentro de determinada sociedade, mas com o passar do tempo, já no pensamento estóico¹, entendia-se que a dignidade humana é o que diferenciava das demais criaturas. A ideia de dignidade humana passou ainda por diversas concepções como qualidade peculiar inerente ao ser humano, que seria livre para construir seu próprio destino, até chegar no pensamento de Tomás de Aquino, que defendia que a dignidade se relaciona com a imagem e semelhança de Deus, mas com capacidade de autodeterminação. É só com Kant, no século XVIII, que, de certa forma, se completa o processo de secularização do conceito de dignidade. Através do filósofo, que abandona a percepção cristã para construir uma concepção através da natureza racional do ser humano, sendo, para ele, a autonomia da vontade o fundamento da dignidade da natureza humana. (SARLET, 2004, p. 30-33).

Como visto, a dignidade humana pode ser interpretada de formas diferentes, sendo determinante o lapso temporal a ser estudado, contudo, no contexto atual pode ser entendido, apesar de não pacífico, como uma conquista.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada em 1948, pela Assembleia Geral das Nações Unidas, destaca o princípio da dignidade já no seu preâmbulo:

Considerando que o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e de seus direitos iguais e inalienáveis é o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo, [...] que os povos das Nações Unidas reafirmaram, na Carta da ONU, sua fé nos direitos humanos fundamentais, na dignidade e no valor do ser humano e na igualdade de direitos entre homens e mulheres, e que decidiram promover o progresso social e melhores condições de vida em uma liberdade mais ampla [...] (ONU, 2017a).

¹ *fil* doutrina fundada por Zenão de Cício (335-264 a.C.), e desenvolvida por várias gerações de filósofos, que se caracteriza por uma ética em que a imperturbabilidade, a extirpação das paixões e a aceitação resignada do destino são as marcas fundamentais do homem sábio, o único apto a experimentar a verdadeira felicidade [O estoicismo exerceu profunda influência na ética cristã.] Disponível em: <<https://www.significados.com.br/estoicismo/>>. Acesso em: 12 set. 2017.

Para completar a concepção de dignidade humana, novamente, o Professor Ingo Wolfgang Sarlet conceitua a dignidade da pessoa humana da seguinte forma:

Temos por dignidade da pessoa humana a qualidade intrínseca e distintiva de cada ser humano que o faz merecedor do mesmo respeito e consideração por parte do Estado e da comunidade, implicando, neste sentido, um complexo de direitos e deveres fundamentais que asseguram a pessoa tanto contra todo e qualquer ato de cunho degradante e desumano, como venham a lhe garantir as condições existenciais mínimas para uma vida saudável, além de propiciar e promover sua participação ativa e corresponsável nos destinos da própria existência e da vida em comunhão com os demais seres humanos (SARLET, 2007, p. 62).

O ilustre filósofo Immanuel Kant, grande pensador da era moderna da Filosofia, que muito contribuiu para o desenvolvimento da noção de dignidade humana, a descreve da seguinte forma:

[...] só poderemos esperar pela paz universal quando os monarcas e ditadores, que se consideram os possuidores únicos do Estado, forem coisa do passado, quando cada homem em cada país, for respeitado com fim absoluto em si mesmo, e quando as nações aprenderem que é um crime contra a dignidade humana cada homem utilizá-lo como simples instrumento para lucro de outro homem. (KANT, 2008, p. 38).

No pensamento de Hannah Arendt a ideia de dignidade humana transcende o caráter individual e passa a ter, como atividade dignificadora do ser humano, as relações estabelecidas no espaço público com diversos homens (BRITO, 2005, p. 97-101). Ainda de acordo com a autora do artigo, estar relacionando-se com outras pessoas é essencial, consonante trecho extraído da publicação:

O indivíduo sozinho, excluído da teia de relações humanas, fica despido da própria dignidade humana, justamente porque nada do que ele faça ou deixe de fazer terá importância. Seus atos não atingirão o resto da comunidade humana e passarão como se não tivessem existido. (BRITO, 2005, p. 97).

Diante das brilhantes conceituações das figuras ilustres supramencionadas, resta dizer que a dignidade humana é uma qualidade intrínseca e surge com o nascimento de cada indivíduo, mas que, se despido do relacionamento com outras pessoas, fica sem sentido, pois é através das relações entre os indivíduos que ele realmente age, confirmando sua singularidade e sua identidade.

Já os direitos humanos, tal como os direitos fundamentais, confundem-se com a dignidade humana, pois tais conceitos correlacionam-se. O primeiro garante a todos os seres humanos, independentemente de raça, sexo, nacionalidade, etnia,

idioma, religião ou qualquer outra condição, o direito à vida e à liberdade, à liberdade de opinião e de expressão, o direito ao trabalho e à educação, dentre muitos outros.

Para o autor André de Carvalho Ramos, na sua obra *Curso de Direitos Humanos*, defende a ideia de que os direitos humanos é a união de vários direitos elementares à manutenção de uma vida digna, conforme segue:

Os direitos humanos consistem em um conjunto de direitos considerado indispensável para uma vida humana pautada na liberdade, igualdade e dignidade. Os direitos humanos são os direitos essenciais e indispensáveis à vida digna. Não há um rol predeterminado desse conjunto mínimo de direitos essenciais a uma vida digna. As necessidades humanas variam e, de acordo com o contexto histórico de uma época, novas demandas sociais são traduzidas juridicamente e inseridas na lista dos direitos humanos. (RAMOS, 2014, p. 27).

Mencionando a Declaração Universal dos Direitos Humanos, esta que defende de pronto em seu preâmbulo:

Considerando que o desprezo e o desrespeito pelos direitos humanos resultaram em atos bárbaros que ultrajaram a consciência da Humanidade e que o advento de um mundo em que os todos gozem de liberdade de palavra, de crença e da liberdade de viverem a salvo do temor e da necessidade foi proclamado como a mais alta aspiração do ser humano comum [...] (ONU, 2017a).

Em meados de 1950 o mundo já sabia da importância dos direitos humanos para a nação, mas ainda assim, no Brasil, durante longos anos – de 1964 a 1985 – o país enfrentou o período da ditadura militar, que coibiu o exercício de múltiplos direitos, e foi somente em 1988, com a promulgação da atual Carta Magna, que os direitos humanos puderam prevalecer (ÂNGELO, 1998, p. 13), como prossegue:

Das várias constituições brasileiras, a primeira a albergar o princípio da prevalência dos direitos humanos, como princípio fundamental a reger o Estado brasileiro nas relações internacionais, foi a de 1988. Não podemos esquecer que o país passou por um período obscuro e tenebroso, de 1964 a 1985 sob a ditadura militar. (ÂNGELO, 1998, p. 13).

Entretanto, há de se falar, ainda, em direitos humanos das mulheres, pois elas tiveram de lutar pelo seu reconhecimento como seres humanos plenos e pelos seus direitos humanos básicos por um longo período de tempo e, infelizmente, a luta ainda não terminou (MOREIRA, 2012, p. 193).

Nas palavras da presidente o Conselho Curador do Fundo Brasil de Direitos Humanos, Jacqueline Pitanguy, apesar do espaço conquistado na legislação nacional

e internacional, as mulheres brasileiras ainda enfrentam discriminações e menos valias em sua vida familiar, profissional, sexual, e ainda:

As mulheres, ao longo dos séculos, têm sido privadas do exercício pleno de direitos humanos e têm sido submetidas a abusos e violências, tanto em situações de guerra, como no espaço da vida familiar e doméstica, elas têm tido um papel de grande relevância na ampliação do alcance dos direitos humanos. Questões que sempre fizeram parte da sua agenda, como a violência doméstica, os direitos sexuais e reprodutivos, direitos sociais específicos à mulher, a violação de sua integridade física, entre outros temas, vêm sendo colocadas por esses movimentos nas pautas de discussões das Nações Unidas e no âmbito nacional. As mulheres têm sido protagonistas nessa trajetória, seguindo dois caminhos complementares, um na esfera nacional e outro na arena internacional. (PITANGUY, 2017, p. 2).

É necessário deixar claro que homens e mulheres ocupam, tradicionalmente, diferentes posições e papéis na sociedade, e apesar do princípio da igualdade estabelecer que todos são iguais, de fato, muitas vezes, ainda ocorre discriminação contra a mulher, e que isto, pode ser entendido como desigualdade de gênero, o que é diferente de desigualdade entre sexos, tema que será abordado na sequência. Foi por isso que houve a necessidade de promover a diferenciação entre igualdade formal e substantiva. “O princípio da igualdade como é formalmente expresso na lei, sem diferenciação entre mulheres e homens, envolve frequentemente uma discriminação oculta contra as mulheres”. (MOREIRA, 2012, p. 193).

Deste modo, pode-se entender que os direitos fundamentais representam a junção da dignidade humana com os direitos humanos – das mulheres – que são essenciais para garantir a liberdade, a vida, a igualdade de fato entre homens e mulheres, a educação, a segurança, dentre outros.

Isto posto, há que se falar, então, que todos seres os humanos – independente de sexo, cor, orientação sexual – nascem com direitos e garantias inerentes a sua condição humana, logo, não podem ser considerados como uma benevolência concedida pelo Estado em prol das minorias. A instituição desses direitos através dos ordenamentos jurídicos ou através da manifestação de vontade, ou, ainda, quando somos reconhecidos nas constituições, nada mais são que a constatação de que todos somos titulares de direitos, e que estes, acima de qualquer diferença, devem ser observados, respeitados e cumpridos.

2.2 SAÚDE SEXUAL E DIREITOS REPRODUTIVOS

Os conceitos de saúde reprodutiva e direitos reprodutivos foram definidos pela primeira vez, de maneira inequívoca, na Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, realizada no Cairo, Egito, em 1994. Saúde sexual e reprodutiva significa que homens e mulheres devem ter todas as informações sobre a sexualidade e a prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e dos métodos contraceptivos de forma a propiciar-lhes uma vida sexual prazerosa e segura; além de terem liberdade para decidirem se querem ter filhos. (ONU, 2017b).

Além disso, nessa mesma Plataforma, no Capítulo VII, item 7.3, os direitos reprodutivos podem ser definidos como:

Os direitos reprodutivos abrangem certos direitos humanos já reconhecidos em leis nacionais, em documentos internacionais sobre direitos humanos, em outros documentos consensuais. Esses direitos se ancoram no reconhecimento do direito básico de todo casal e de todo indivíduo de decidir livre e responsavelmente sobre o número, o espaçamento e a oportunidade de ter filhos e de ter a informação e os meios de assim o fazer, e o direito de gozar do mais elevado padrão de saúde sexual e reprodutiva. Inclui também seu direito de tomar decisões sobre a reprodução, livre de discriminação, coerção ou violência. (ONU, 2017b).

Na obra Sistema Penal e Gênero: tópicos para a emancipação feminina, a autora Lillian Ponchio e Silva (2011, p.13) discorre sobre o histórico controle exercido sobre a sexualidade da mulher, que durante muito tempo foi considerado apenas para fins reprodutivos, tornando a mulher, a vida toda, submissa, primeiro da figura do pai e depois do marido, e complementa:

O fato é que a sexualidade feminina é a questão que mais desperta discriminações. Historicamente, o exercício da sexualidade da mulher foi condicionado a ser exercido somente com a finalidade de reprodução. Assim, o controle social manifesta-se, essencialmente, pela regulação moral da sexualidade feminina. De um modo geral, é possível afirmar que, da submissão à figura paterna, a mulher passava à submissão ao marido. (SILVA, 2011, p. 13).

Outro aspecto importante da definição dos Direitos Reprodutivos está incorporado no princípio da dignidade humana, princípio este que está previsto no artigo 1º, inciso III, da Constituição Federal de 1988:

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

[...]

III - a dignidade da pessoa humana; (BRASIL, 2017c).

Nada obstante, o artigo 226, §7º, também da Constituição Federal, determina que é responsabilidade do Estado propiciar aos cidadãos o livre exercício do planejamento familiar, consoante letra da lei:

Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.

[...]

§ 7º Fundado nos princípios da dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável, o planejamento familiar é livre decisão do casal, competindo ao Estado propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito, vedada qualquer forma coercitiva por parte de instituições oficiais ou privadas. (BRASIL, 2017c).

Nas palavras da autora Miriam Ventura, a Constituição Federal Brasileira de 1988 é o principal marco constitucional do avanço dos Direitos Reprodutivos, conforme segue:

A Constituição Federal brasileira de 1988 é o principal marco institucional político e jurídico que reordenou todo o sistema brasileiro e impôs a adequação de todas as normas legais internas aos parâmetros dos direitos humanos. As premissas básicas que vêm permitindo avanços no campo dos Direitos Reprodutivos estão expressas na lei constitucional, que por sua posição hierárquica no sistema legal, devem prevalecer sobre as demais leis nacionais (infraconstitucionais). Nesse sentido, é um dos instrumentos legais mais importantes nosso sistema legal, e, em especial, na garantia e promoção dos Direitos Humanos e, conseqüentemente, dos Direitos Reprodutivos. (VENTURA, 2009, p. 59).

Com o advento da Constituição de 1988 as garantias, como os Direitos Reprodutivos, foram fixadas nas garantias fundamentais com a finalidade de melhor garantir esses direitos inerentes a qualidade do ser humano.

Os direitos reprodutivos podem ser enquadrados, também, no conceito de direitos humanos. Os direitos humanos são direitos inerentes a todos os seres humanos, independentemente de raça, sexo, nacionalidade, etnia, idioma, religião ou qualquer outra condição. (VENTURA, 2009, p. 35).

De acordo com documento de direitos sexuais e direitos reprodutivos, elaborado em 2005 pelo Ministério da Saúde, em parceria com demais Ministérios, esclarece que:

O Governo brasileiro pauta-se pelo respeito e garantia aos direitos humanos, entre os quais se incluem os direitos sexuais e os direitos reprodutivos, para a formulação e a implementação de políticas em relação ao planejamento familiar e a toda e qualquer questão referente à população e ao desenvolvimento. (BRASIL, 2005d).

Isto posto, há que se garantir às mulheres privadas de liberdade o fornecimento de produtos mínimos de higiene, como papel higiênico e absorvente íntimo, além de preservativos femininos, como medida preventiva e de garantia de Direitos Humanos, além de outros inerentes à sua condição de mulher encarcerada e digna de respeito à essa condição.

2.3 DESIGUALDADE DE GÊNERO

O tema é de grande repercussão e a dinâmica social pressiona a uma constante revisão sobre a necessidade de entender o processo desta construção social capaz de gerar diferenças entre homens e mulheres. Contudo, antes de adentrar no tema, vale ressaltar a diferença entre sexo e gênero, o primeiro se refere às categorias inatas do ponto de vista biológico, ou seja, algo relacionado com feminino e masculino, já o gênero diz respeito aos papéis sociais relacionados com a mulher e o homem. Essas diferenças são capazes de reproduzir uma distribuição desigual do poder e, em decorrência disso, geração de desigualdades de gênero.

Fazendo uma análise da evolução histórica dos direitos da mulher, conforme elucidado pela autora Karina Melissa Cabral, na obra *Direito da Mulher: de acordo com o novo código civil*, pode-se assimilar que:

É impossível determinar o momento a partir do qual a mulher foi relegada a uma posição de inferioridade com relação ao homem, já que desde os primórdios existe a figura do primata arrastando sua fêmea pelos cabelos, após conseguir vencer sua resistência, obviamente, mediante uma pancada na cabeça. (CABRAL, 2004, p. 27).

É somente no XVII que se encontra alguma documentação importante sobre as mulheres no Brasil, quando esta passa a carregar a sua “única” virtude – a da virgindade, pois era através disso que a mulher resguardava a honra de sua família, por isso, o patriarca a protegia como um bem valioso, fadando a mulher a prestar-se às vontades de outrem servilmente. (CABRAL, 2004, p. 33)

Em 1949, a escritora, intelectual, filósofa existencialista, ativista política, feminista e teórica social francesa, Simone de Beauvoir, lança a obra *O Segundo Sexo*, que mais tarde é publicado em português, onde ela expõe, na sua concepção, as dificuldades que as mulheres enfrentaram e continuam enfrentando, apenas pelo

fato de terem nascido diferentes dos homens. Um trecho da obra deixa claro seu inconformismo, conforme segue:

Pretende-se torná-la objeto, votá-la à imanência, porquanto sua transcendência será perpetuamente transcendida por outra consciência essencial e soberana. O drama da mulher é esse conflito entre a reivindicação fundamental de todo sujeito que se põe sempre como o essencial e as exigências de uma situação que a constitui como inessencial. Como pode realizar-se um ser humano dentro da condição feminina? Que caminhos lhe são abertos? Quais conduzem a um beco sem saída? Como encontrar a independência no seio da dependência? Que circunstâncias restringem a liberdade da mulher, e quais pode ela superar? (BEAUVOIR, 1980, p. 23).

Nesta mesma obra supracitada, há uma fala de Pitágoras, filósofo e matemático grego: “Há um princípio bom que criou a ordem, a luz e o homem e um princípio mau que criou o caos, as trevas e a mulher” (BEAUVOIR, 1980, p. 6).

O que pode-se extrair dessa fala de Pitágoras é que, a forma como os filósofos, em geral, tematizam a mulher ao longo dos séculos, demonstra um claro desprezo ao ser feminino.

Os estudos de gênero surgiram no campo das ciências sociais a partir da década de 1970, substituindo estudos denominados “estudo sobre a mulher”, e se constituem como um campo de pesquisa interdisciplinar cujo objetivo é compreender as relações de gênero no mundo social. (MATTOS, 2015).

Estes estudos de gênero constatarem a existência de desigualdades entre homens e mulheres, e que são frutos de análises e interpretação de dados estatísticos que apontam pequena representação política das mulheres e destacam seus baixos salários, banalização da violência contra a mulher e ainda a feminização da pobreza. (MATTOS, 2015).

Os direitos econômicos, sociais e culturais das mulheres continuam a ser um desafio a ser encarado. Segundo dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, em 2014, o Brasil figurou na 79ª posição dentre 187 países do ranking do índice de desigualdade de gênero. (ONU, 2017c).

Contudo, não há como negar que os direitos das mulheres em terem uma vida sem restrições avançou consideravelmente, com implementação de programas que visam a proteção desses direitos, bem como a mudança da mentalidade de alguns grupos da sociedade, assim como o reconhecimento jurídico de uma condição de cidadania igual à dos homens. Porém, lamentavelmente, um grande número de casos

práticos tem mostrado que todos os esforços não são suficientes. (ABREU, 2011, p. 47).

Práticas, sentimentos e pensamentos em número significativo e em espaços variados ainda se mostram contrários à aceitação e efetivação de novas representações e relações entre homens e mulheres. Resistência esta que se manifesta sob diversos tipos de violência de gênero, comprometendo as atividades cotidianas, a saúde geral e a integridade física das mulheres em todo o país. (ABREU, 2011, p. 47).

Lamentavelmente, diante de um país tão grande quanto o Brasil, ainda encontra-se resistência para desenvolvermos a cultura, mas, por outro lado, milhares de mulheres não se deixam intimidar pelo histórico patriarcal que o Brasil tem. A autora do livro *Mulher e o Direito*, Florisa Verucci, realça que:

O Brasil, país em vias de desenvolvimento, com grande massa ainda carente de recursos e educação, talvez não possa alcançar de pleno os benefícios dessas mudanças. Mas, por outro lado, o número crescente de mulheres chefes de família, de mães solteiras, de mulheres separadas, pela própria contingência de uma sociedade em mudança que se mostra anárquica do ponto de vista amoroso – são fatores que pode processar essa transformação com mais rapidez do que se imagina. (VERUCCI, 1987, p. 17).

Analisando as diferenças de gênero através da ciência, é possível perceber que, ao longo da história, a mulher sempre foi taxada com inferior, tanto devido sua condição física como intelectual, porém, vale lembrar, que no século XVIII, por exemplo, praticamente nenhuma mulher fazia parte da comunidade científica.

[...] é justamente na mesma época em que as mulheres estavam lutando pela redefinição do papel feminino na sociedade, que a anatomia do corpo feminino passa a ser usada como “prova” de sua inferioridade intelectual. Assim, os corpos das mulheres indicavam que elas eram “naturalmente” destinadas à maternidade e que, portanto, deveriam ser confinadas ao lar e excluídas da vida política. (NUCCI, 2010, p. 56).

É possível concluir, diante do até então exposto, que as desigualdades de gêneros estiveram e estão presentes em todos os níveis e contexto da sociedade, não só nacional, mas também mundial, haja vista que sempre buscou-se rotular a mulher como uma versão inferior do homem. Essa desigualdade pode ser encontrada, inclusive, no Poder Judiciário, quando depara-se com decisões jurídicas, em casos de estupros, espancamentos e homicídios envolvendo vítimas mulheres, onde não analisa-se tão somente a prática do crime em si, mas tenta-se infligir à mulher, parcela da culpa, nas palavras de Wânia Pasinato Izumino, na obra *Justiça e violência contra a mulher: o papel do sistema judiciário na solução dos conflitos de gênero* (1998, p.

32) “[...] o que está em julgamento não é o crime, mas a adequação dos envolvidos aos papéis sexuais socialmente definidos, isto é, ao gênero”.

2.4 CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE POPULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO – PLATAFORMA DE CAIRO 1994

A Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento das Nações Unidas – CIPD, da qual o Brasil é signatário, foi realizada no Cairo, Egito, de 5 a 13 de setembro de 1994 e reuniu 179 países, foi um marco na evolução de direitos das mulheres, especialmente no que tange à capacidade de tomar decisões sobre sua própria vida.

Foi a partir da CIPD que as políticas para população deixaram de adotar o controle de crescimento populacional como condição para uma melhoria da situação econômica e social mundial, e passaram a acolher o pleno exercício dos direitos humanos e a ampliação dos meios de ação da mulher como elementos determinantes da qualidade de vida dos indivíduos. (ONU, 2017b).

Os representantes de todas as regiões e culturas entraram no consenso de que a saúde reprodutiva é um direito humano e um elemento fundamental da igualdade de gênero. (ONU, 2017b).

Além de ter adotado interpretação diversa para o melhoramento socioeconômico mundial, a CIPD determinou também que:

[...] a comunidade internacional chegou a um consenso sobre três metas a serem alcançadas até 2015: a redução da mortalidade infantil e materna; o acesso à educação, especialmente para as meninas; e o acesso universal a uma ampla gama de serviços de saúde reprodutiva, incluindo o planejamento familiar. (ONU, 2017b).

Nessa Conferência e nas posteriores a esta, os governos de vários países, sendo um deles o Brasil, assumiram o compromisso de basear as políticas públicas e programas nacionais direcionados à população e ao desenvolvimento, nos direitos sexuais e nos direitos, inclusive nos programas de planejamento familiar. (ONU, 2017b).

No Capítulo IV da Conferência do Cairo, que trata da igualdade dos sexos, equidade e empoderamento da mulher, o item 4.1 traz o seguinte:

O empoderamento e a autonomia da mulher e a melhoria de seu status político, social e econômico são, em si mesmas, um fim de alta importância. Além de ser essencial à realização de um desenvolvimento sustentável. Plena participação e parceria tanto da mulher quanto do homem são necessárias à vida produtiva e reprodutiva, inclusive a partilha das responsabilidades no cuidado e alimentação dos filhos e na manutenção da família. Em todas as partes do mundo, as mulheres sofrem ameaças a sua vida, a sua saúde e a seu bem-estar em consequência de sua sobrecarga de trabalho e por carecerem de poder e de influência. Na maior parte do mundo, as mulheres recebem menos educação formal que os homens e, ao mesmo tempo, sua capacidade, saber e mecanismos de luta muitas vezes não são reconhecidos. As relações de poder que impedem a mulher de alcançar uma vida sadia e plena operam em muitos níveis da sociedade, desde os mais pessoais até os mais altamente públicos [...] (ONU, 2017b).

Levantada a questão problemática, a Conferência traça os objetivos a serem alcançados, sendo eles: igualdade e a justiça baseadas numa harmoniosa parceria de homens e mulheres e, além disso, capacitar as mulheres para que possa realizar todo o seu potencial; assegurar a continuidade do aumento da contribuição feminina para os meios de desenvolvimento sustentável, fazendo com que se envolvam nos processos de criação e formulação de políticas públicas; e assegurar que todas as mulheres, assim como os homens, recebam a educação necessária para satisfazer a suas necessidades humanas básicas e exercer seus direitos humanos. (ONU, 2017b).

Esta é apenas uma das várias problemáticas referidas na Conferência do Cairo, sendo que todas elas apresentam um objetivo a ser alcançado e uma proposta de ação a ser implementada por cada País. Além disso, faz-se uma estimativa de lapso temporal para que cada Estado consiga, em tese, alcançar tais objetivos.

Fazendo uma análise com os dados do Brasil, ainda que tenham se passado mais de 20 anos desta Conferência realizada o Cairo, infelizmente alcançou-se poucos dos objetivos estipulados, por mais que o Brasil tenha participado da elaboração de tal documento.

2.5 DECLARAÇÃO E PLATAFORMA DE AÇÃO DA IV CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE A MULHER – PEQUIM 1995

Intitulada “Ação para a Igualdade, o Desenvolvimento e a Paz”, a Conferência Mundial sobre a Mulher realizada em Pequim, em 1995, avaliou os avanços obtidos com as conferências realizadas anteriormente, como as realizadas

em Nairobi, no Quênia, depois em Copenhague, na Dinamarca e, por fim, no México. (ONU, 2017d).

Essa Declaração e Plataforma de Ação visa o fortalecimento do espaço já conquistado pelas mulheres na sociedade, além da contínua busca pela igualdade, conforme trecho extraído:

O avanço das mulheres e a conquista da igualdade entre mulheres e homens são uma questão de direitos humanos e uma condição para a justiça social; não devem, portanto, ser encarados isoladamente, como um problema feminino. (ONU, 2017d).

As Nações Unidas têm exercido um importante e fundamental papel na defesa e promoção dos direitos das mulheres de todo o mundo, é através destas conferências que são levantados os problemas e são propostas medidas para solucioná-los. (ONU, 2017d).

A IV Conferência das Nações Unidas sobre a Mulher, realizada em Pequim, em setembro de 1995, é considerada a maior e a mais importante delas, tanto pelo número de participantes que reuniu, quanto pelos avanços conceituais e programáticos que proporcionou, e, além disso, pela influência que continua a exercer na promoção da luta das mulheres. (ONU, 2017d).

Ela é um guia abrangente para orientar governos e sociedade no aperfeiçoamento do marco legal, na formulação de políticas e na implementação de programas para promover a igualdade de gênero e evitar a discriminação. (ONU, 2017d).

Essa Declaração e Plataforma de Ação, além de trazer novas interpretações conceituais, consagrou três fatores inovadores nessa luta, sendo eles o conceito de gênero, a noção de empoderamento e o enfoque da transversalidade. (ONU, 2017d).

O conceito de gênero foi redesignado para que transcendesse o aspecto biológico para uma compreensão de relação entre homens e mulheres que são mutáveis de acordo com a sua cultura e sociedade. (ONU, 2017d).

Já a noção de empoderamento da mulher, que é um dos objetivos centrais da Plataforma de Ação, faz menção à independência da mulher, para que ela tenha controle e autonomia da sua própria vida, mas que tenham, também, apoio da sociedade, devendo o governo criar condições para apoiá-la nesse processo. (ONU, 2017d).

O Brasil participou ativamente na Conferência de Pequim, gerando um intenso diálogo entre Governo e sociedade civil, estabelecendo conexão com o

movimento de mulheres, tornando-se, desde então, um elemento essencial à formulação de políticas públicas no país. (ONU, 2017d).

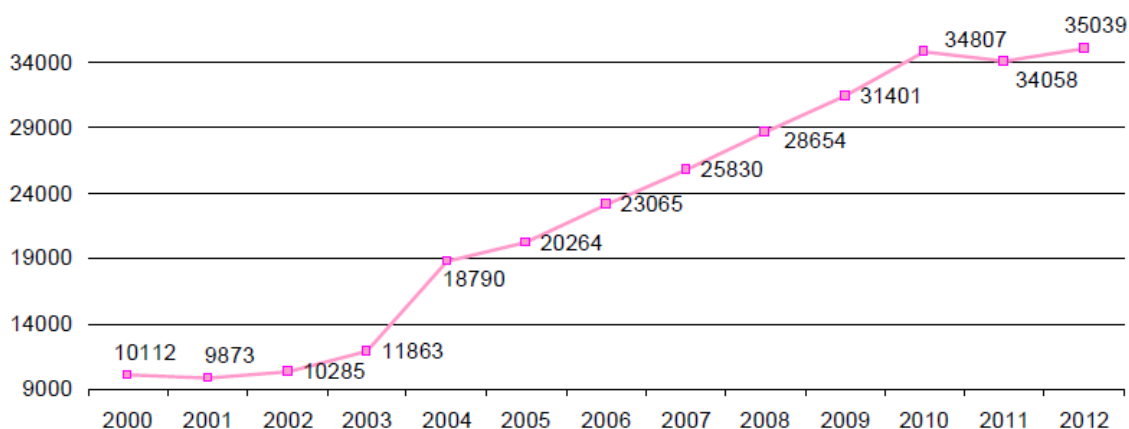
Por fim, conforme o Secretário-geral da ONU, Kofi Annan, transcorridos alguns anos desde a Conferência, o que prevalece é o sentimento de que as mulheres estão não só mais conscientes de seus direitos como mais capazes de exercê-los, entretanto, por outro lado, permanecem grandes desafios no caminho da igualdade. (ONU, 2017d).

2.6 REGRAS DE BANGKOK – REGRAS DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O TRATAMENTO DE MULHERES PRESAS E MEDIDAS NÃO PRIVATIVAS DE LIBERDADE PARA MULHERES INFRATORAS

Diferentemente do que determina uma Convenção da ONU, as Regras de Bangkok têm por objetivo estabelecer princípios e regras de uma boa organização penitenciária e das práticas relativas ao tratamento de prisioneiros. Em dezembro de 2010, a Assembleia Geral da ONU aprovou as Regras Mínimas da ONU para o tratamento da mulher presa e medidas não privativas de liberdade para as mulheres em conflito com a lei, chamadas Regras de Bangkok. (CERNEKA, 2012, p. 1).

As Regras Mínimas para o Tratamento do Preso foram estabelecidas em 1955 e aprovadas na Assembleia Geral da ONU em 1957. É evidente que em 1957, não se considerou a realidade da mulher encarcerada, muito menos qualquer necessidade específica sua realidade. (CERNEKA, 2012, p 1).

Gráfico 1 – Evolução da População Carcerária Feminina até 2012.



Fonte: Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional. 2012.

Conforme o Gráfico 1, ao longo dos anos o encarceramento de mulheres vem aumentando consideravelmente, fez-se necessário uma reanálise do tratamento dado a estas mulheres em situação de aprisionamento.

Nas palavras de Heidi Ann Cerneka, ao artigo intitulado “Regras de Bangkok – Está na hora de fazê-las valer!”, as regras são boas, mas o que falta é divulgar, cobrar e criar estratégias para garantir que sejam respeitadas, e ainda:

Porque mulheres ainda dão à luz algemadas; porque crianças ainda ficam desamparadas quando a mãe está presa; porque muitas mulheres ainda cumprem pena longe de suas famílias, sem visita e sem direito de telefonar para seus filhos; porque as mulheres ainda estão recolhidas em unidades de segurança máxima quando seu delito poderia ser respondido em liberdade ou sua pena poderia ser uma pena alternativa à prisão; e porque, muitas vezes, as mulheres ainda são tratadas como homens nos presídios, mas que por acaso precisam de absorventes. Estas Regras oferecem diretrizes para o tratamento de pessoas presas. Foram feitas pesquisas e debates com intuito de jogar luz sobre essa realidade tradicionalmente negligenciada. (CERNEKA, 2012, p. 4).

E é porque as mulheres em situação de prisão têm demandas e necessidades muito específicas que o encarceramento feminino merece destaque, não há espaço para desprezar, nesse cenário, a distinção dos vínculos e relações familiares estabelecidos pelas mulheres, bem como sua forma de envolvimento com o crime, que quando comparados com a população masculina, o que repercute de forma direta as condições de encarceramento a que estão submetidas. (ONU, 2017e).

Segundo dados do INFOPEN, em 2014, apenas 23% dos homens estão privados de liberdade por conta do tráfico, enquanto que, na mesma época, o percentual de mulheres que estavam presas por envolvimento com drogas era de 58%. (BRASIL, 2017b).

Esses dados mostram que os crimes cometidos pelas mulheres, em sua grande maioria, não envolvem violência, entretanto, isso não os faz menos graves. Contudo se faz necessário levar em consideração o impacto negativo que a prisão das mulheres causa na estrutura da família, e que nos casos menos graves, medidas alternativas deveriam ser adotadas, razão pela qual, também, foram criadas as Regras de Bangkok. Essas Regras propõem olhar diferenciado para as especificidades de gênero no encarceramento feminino, tanto no campo da execução penal, como também na priorização de medidas não privativas de liberdade, ou seja, que evitem a entrada de mulheres no sistema carcerário. (ONU, 2017e).

Desta forma, resta cristalino que há mais de 20 anos existem diversas plataformas, políticas públicas, legislações, todo tipo de contribuição para melhoria do desenvolvimento, não só da mulher, mas principalmente dela, entretanto, o que falta, infelizmente, é aplicar e respeitar esses mecanismos que propiciariam às mulheres encarceradas uma vida mais igualitária, conforme será visto adiante a respeito das mulheres presas.

3. POLÍTICAS PÚBLICAS QUE TRATAM SOBRE MULHERES E SEUS MOVIMENTOS SOCIAIS

Por se tratar de uma discussão nova, a definição de políticas públicas ainda possui divergências, estando em constante debate.

Políticas públicas, segundo definição de Rua (2009, p. 19) “são uma das resultantes da atividade política: compreendem o conjunto das decisões e ações relativas à alocação imperativa de valores envolvendo bens públicos.”.

Em geral, entende-se Políticas Públicas como instrumento ou conjunto de ação dos Governos (SOUZA, 2006), uma ação elaborada no sentido de enfrentar um problema público (SECCHI, 2012).

Políticas públicas também podem ser entendidas como conjuntos de programas, ações e atividades desenvolvidas pelo Estado diretamente ou indiretamente, com a participação de entes públicos ou privados, visando assegurar determinado direito de cidadania, de forma difusa ou para determinado seguimento social, cultural, étnico ou econômico. As Políticas Públicas correspondem a direitos assegurados constitucionalmente ou que se afirmam graças ao reconhecimento por parte da sociedade e/ou pelos poderes públicos enquanto novos direitos das pessoas, comunidades, coisas ou outros bens materiais ou imateriais. (MEDEIROS, 2013).

De acordo com Sposati (1986, p. 16), historicamente as políticas públicas surgiram a partir de mudanças socioeconômicas no Brasil. Desde épocas em que o foco era somente o crescimento econômico, sem oferecimento de bem-estar a população, a proteção social e a garantia de direitos sociais e civis.

Pode-se considerar que uma política pública pode ser elaborada tanto pelo Estado quanto por instituições privadas, desde que se refiram a “coisa pública”, desta forma, as políticas públicas vão além das políticas governamentais, se levar em consideração que o governo não é a única instituição a promover políticas públicas e, nesse caso, o que define uma política pública é o “problema público”. (MEDEIROS, 2013).

Já as políticas estatais de assistência social, de acordo com Viana (2006), são aquelas que visam propiciar assistência a vários setores da população, em especial aqueles que são mais desfavorecidos.

As políticas de saúde, educação, habitação, trabalho, assistência, previdência, recreação e nutrição são objeto de luta entre diferentes forças sociais, em cada conjuntura não constituindo, pois, o resultado mecânico da acumulação nem a manifestação exclusiva do poder das classes dominantes ou do Estado. Essas políticas não caem do céu, nem são um presente ou uma outorga do bloco do poder. Elas são ganhos conquistados em duras lutas e resultados de processos complexos de relação de forças. (FALEIROS, 1991, p. 62).

Segundo Nildo Viana (2006, p. 13), as políticas de assistência social têm relação direta com as necessidades do capital, e para complementar este pensamento, o autor Vicente de Paula Faleiros explica:

As forças de pressão diante do Estado capitalista não são homogêneas nem têm o mesmo peso político, e o Estado não é um juiz neutro diante das pressões. O Estado se posiciona politicamente de acordo com as forças dominantes, com certa autonomia de dividir e articular os ônus e as vantagens imediatas e de médio prazo entre as forças interessadas na questão. (FALEIROS, 1991, p. 62).

A adoção do capitalismo como sistema político-econômico interfere diretamente na produção do capital nacional, o que interfere diretamente na forma de governo de um Estado, em razão disso se faz necessário compreender e analisar as tendências do modo de produção capitalista para que seja possível visualizar as mudanças estatais e as influências que isso causa às políticas públicas de assistência social. O Estado pode apresentar formas diferentes em cada modo de produção, o que está diretamente ligado à produção de legislações, políticas públicas, tratados, entre outros. (VIANA, 2006, p. 14).

A percepção disto é útil para analisar os aspectos mais detalhados do processo político estatal. Uma mesma classe social tem seus interesses expressos por diferentes partidos políticos, com diferenças em sua ideologia, etc. tais partidos acabando formando seus próprios interesses e assim criam uma disputa no interior da classe dominante, sendo que, em alguns períodos históricos, alguns destes partidos, organizações, indivíduos, etc., são afastados do aparato estatal. (VIANA, 2006, p. 16).

No contexto atual, ainda segundo Nildo Viana (2006, p. 18), as políticas de assistência social são paliativas, ou seja, buscam atenuar um mal ou protelar uma crise, pois são direcionadas para demandas específicas, como pobres, negros, indígenas, entre outros. É através dessas políticas paliativas que o Estado visa conter os conflitos sociais e se legitimar.

Neste sentido, a política social não é mera “reação” do Estado aos “problemas” da classe operária mas contribui de forma indispensável para a constituição dessa classe. A função mais importante da política social

consiste em regulamentar o processo de proletarização. Não podemos conceber, em outras palavras, o processo de proletarização como um processo de massas, contínuo e relativamente sem regressões, sem pensar ao mesmo tempo a função constitutiva da política social do Estado. (OFFE, 1984, p. 22).

Na obra organizada por Jorge Renato dos Reis e Rogério Gesta Leal, intitulada de Direitos Sociais e Políticas Públicas: desafios contemporâneos (2006, p. 1730), logo na apresentação, apontam que “[...] o Estado contemporâneo encontra-se dividido entre tarefas e exigências dificilmente conciliáveis (regular o mercado e as relações de produção no sentido de humanizar mais o capitalismo e garantir os direitos humanos fundamentais) [...]”.

Deste modo, o que podemos extrair do entendimento dos autores supramencionados é que as políticas públicas são mutáveis de acordo com a época, com a organização político-estatal, com o modelo de produção, entre outros. Estas análises têm relação com as Políticas Públicas dos dias atuais, pois, ainda hoje, os governantes vislumbram as possibilidades de criação e implementação de Políticas Públicas, contudo, apenas executam aquelas que trarão maior benefício ao seu próprio mandato, ou partido, quando na verdade, deveriam buscar entender as origens dos problemas públicos, para então buscar soluções e alternativas para estes problemas.

3.1 A POLÍTICA PÚBLICA DE ATENÇÃO ÀS MULHERES EM SITUAÇÃO DE PRIVAÇÃO DE LIBERDADE E EGRESSAS DO SISTEMA PRISIONAL

A Política Pública de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional foi elaborada durante os anos de 2012 e 2013 e levou em consideração os problemas que envolvem o encarceramento feminino brasileiro e as diversas formas de discriminação que acometem as mulheres no âmbito da justiça criminal e no âmbito penitenciário, através de levantamento de dados e em parceria com diversos órgãos ligados à execução penal, ministérios e sociedade civil. (BRASIL, 2017e).

No período de 2000 a 2014, o aumento da população feminina carcerária foi de 567,4%, enquanto a média de crescimento masculino, no mesmo período, foi de 220,20%, refletindo, assim, a curva ascendente do encarceramento em massa de mulheres no Brasil. (BRASIL, 2017e).

Buscou-se implementar, na política pública, ideias de encarceramento como *ultima ratio*² e ideias de encarceramento menos estigmatizante, com uma execução penal menos violadora de direitos, principalmente no que tange à realidade e especificidade das mulheres presas, tudo isso visando a efetivação dos direitos com reconhecimento à diversidade das mulheres em suas condições sociais, raciais, étnicas, culturais e de gênero. (BRASIL, 2017e).

Essa Política Pública, que foi o documento basilar para a elaboração da Portaria Interministerial MJ/SPM nº 210/2014, encontra-se em consonância com os ideais e recomendações das Regras das Nações Unidas para o Tratamento de Mulheres Presas e Medidas Não Privativas de Liberdade para Mulheres Infratoras, mais conhecida com Regras de Bangkok, que estimula os Estados-membros a atentarem-se sobre as especificidades das mulheres que estão presas quando da elaboração de legislações, procedimentos, políticas e planos de ação. (BRASIL, 2017e).

A presente política tem os princípios da dignidade da pessoa humana, da cidadania, da equidade e da humanização do cumprimento da pena, como basilares para a sua elaboração. (BRASIL, 2017e).

O princípio da dignidade da pessoa humana é considerado como fundamento essencial que rege os demais princípios. Diante disso, qualquer norma ou atitude que venha a violar o princípio mencionado deve ser imediatamente afastada. Deve ser garantido o respeito à integridade física, psíquica e moral da presa, à orientação sexual, à identidade de gênero, à diversidade, à individualização da pena, às condições adequadas para que as presas permaneçam, temporariamente, com seus filhos na prisão, o exercício dos direitos sexuais e reprodutivos, entre outros. (BRASIL, 2017e).

Já o princípio da cidadania determina que deverão ser respeitados os direitos das mulheres presas, tanto provisórias como condenadas, de terem acesso à educação, a cultura, a saúde, a alimentação, ao trabalho e a proteção à maternidade, bem como condições para o exercício de seus direitos civis, políticos, sociais e econômicos, evidentemente que, dentro das restrições impostas às pessoas presas. (BRASIL, 2017e).

O exercício do Poder Estatal deve considerar que a mulher presa, apesar de perder seu direito à liberdade, preserva seu direito à dignidade como qualquer cidadão livre, de forma que deve ser reprimida qualquer norma ou atitude que venha a violar tal princípio, a exemplo do uso das algemas em ocasiões

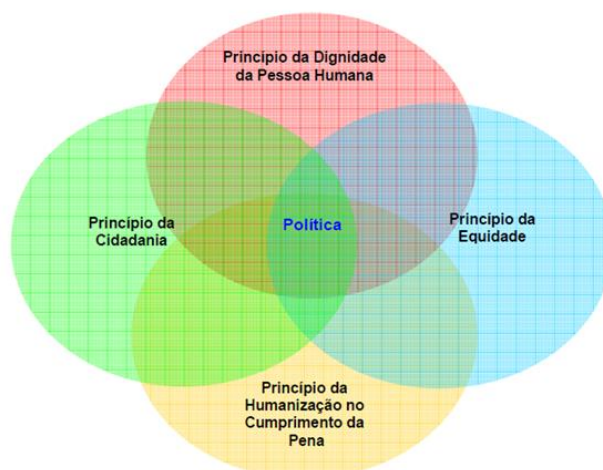
² É uma expressão com origem no Latim e significa **última razão**. Argumento decisivo e terminante. Disponível em: < <https://www.dicionariodelatim.com.br/ultima-ratio/>>. Acesso em: 15 set. 2017.

consideradas desnecessárias e vedação de contato da mulher presa com seus familiares. (BRASIL, 2017e).

O princípio da equidade busca garantir que, neste caso, a mulher presa tenha acesso a uma forma justa de relação entre o direito, as normas, a cultura, os costumes, para que possam ser observados os critérios de igualdade, de justiça social e de garantia de direitos. (BRASIL, 2017e).

Assim como os demais princípios, no tange a humanização do cumprimento da pena visa garantir melhores condições para a mulher que está encarcerada, através do reconhecimento da sua diversidade, do fortalecimento do vínculo familiar, bem como a prevenção e o acompanhamento de dependência química e outros. (BRASIL, 2017e).

Gráfico 2 – Princípios Norteadores da Política Nacional.



Fonte: Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação Liberdade.

Este primeiro gráfico busca representar a harmonia entre os princípios que norteiam esta Política Nacional destinada às mulheres.

O mecanismo de funcionamento da Política Pública de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional, ou seja, a forma pela qual ela será executada, está prevista nas diretrizes gerais estipuladas nesta mesma Política Pública. Essas diretrizes gerais elencam 23 ações para implementação da Política Nacional, que visa à integração, articulação, viabilidade, dentre outros, da mulher presa. Estas ações devem refletir nos diversos planos estaduais, programas, projetos e atividades dela decorrentes (BRASIL, 2017e). As principais ações consistem em garantia da inclusão desta Política na elaboração da política estadual para mulheres privadas de liberdade e egressas do sistema

prisional; incentivo à participação das mulheres presas e seus familiares no processo de formulação e implantação da política estadual para mulheres em privação de liberdade e egressas do sistema prisional, planos, programas, projetos e atividades sobre o tema; implantação de bancos de dados nacional e estaduais de informações penitenciárias, com recorte para as especificidades da mulher inserida no sistema penal; adoção do encarceramento como última medida de punição e aumento na aplicação de alternativas penais, justiça restaurativa e prisão domiciliar para as mulheres inseridas no sistema penal; combate a todas as formas de violência contra a mulher; garantia do voto a todas as presas provisórias do país; discussão sobre a necessidade de alteração legislativa no que tange à pena e *quantum* da pena, nos crimes relacionados ao tráfico de drogas;

Consistem ainda em, garantir a construção/adaptação de unidades prisionais exclusivas e regionalizadas, para o público feminino; incentivo à produção do conhecimento científico sobre o encarceramento feminino e seus impactos sociais; inclusão da temática do encarceramento de mulheres nos processos de formação permanente de todos os servidores vinculados ao contexto do sistema penal; garantia de adaptação dos serviços penais, programas, projetos e ações de reintegração social às especificidades de gênero feminino; contemplação de rotinas carcerárias, serviços penais e atividades intramuros às mulheres encarceradas, reconhecendo suas necessidades especiais, perfil de idade, etnia, raça, sexualidade, nacionalidade, escolaridade, maternidade, deficiência, entre outros; garantia do oferecimento de atividades específicas voltadas ao fortalecimento de vínculo entre a mulher presa e seu núcleo familiar, com especial atenção para seus filhos; garantia do acesso à educação e ao trabalho, para a mulher em situação de privação de liberdade, assegurada a ampliação da oferta em diferentes turnos; desenvolvimento de ações de humanização à assistência pré-natal e pós-parto, com rechaço a qualquer forma de coerção e violência física, institucional ou psicológica à mulher; promoção da atenção integral aos filhos e filhas das mulheres encarceradas, que se encontram intra ou extramuros com garantia de acesso à educação básica pública, gratuita e de qualidade; fomento ao desenvolvimento de ações que visem a assistência às pré-egressas e egressas do sistema prisional, por meio do conhecimento, orientação e acesso às políticas públicas de proteção social, trabalho e renda. (BRASIL, 2017e).

Além das diretrizes gerais, a Política Nacional conta com um rol de objetivos constituídos principalmente em: organizar o sistema prisional feminino, para que contemple as especificidades de gênero da mulher desde a questão da arquitetura prisional à execução de atividades, serviços penais e rotinas carcerárias; contribuir para a garantia das assistências e políticas de saúde, educação, laboral, material, religiosa, jurídica, cultural, psicossocial e desportiva no interior dos estabelecimentos prisionais que custodiam mulheres; contribuir para que todos os estabelecimentos prisionais específicos femininos e aqueles com características mistas adotem práticas institucionais com recorte de gênero, orientação sexual, identidade de gênero, condição étnico-racial e diversidades das mulheres encarceradas; garantir o cumprimento dos normativos nacionais e internacionais de proteção à mulher presa; contribuir para a garantia de práticas humanizadoras voltadas ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários da mulher encarcerada; fomentar a adoção de normas e procedimentos de segurança diferenciados para as mulheres gestantes, lactantes e mães com seus filhos, que garantam estruturas físicas, serviços penais e atenção à criança inserida na unidade prisional, em atendimento às especificidades de gênero e proteção integral à criança; monitorar e avaliar as mudanças institucionais, de forma progressiva, visando a garantia da aplicabilidade das diretrizes e estratégias desta Política em nível nacional. (BRASIL, 2017e).

Não obstante, evidenciando a completude dessa Política Nacional, foram elaborados eixos, também previstos nesta Política Pública – que serão ligeiramente resumidos – com objetivo de produzir propostas efetivas e capazes de alterar as diversas problemáticas existentes, como:

1. Banco de dados com especificidades da mulher: visa aprimorar os bancos de dados penitenciários, tanto nacional quanto estaduais, com informações específicas relacionadas à mulher presa, haja vista as diversas peculiaridades que compõe este universo e a precariedade dos dados já existentes;

2. Modalidades assistenciais: pretende assegurar recursos humanos e espaços físicos adequados às diversas ações, sejam de saúde, psicossocial, religiosa, educacional, jurídica e laboral;

3. Construção e ampliação de unidades prisionais femininas: estabelece a necessidade de indicação de níveis reais de segurança, com base na sua categoria, tipo e regime prisional;

4. Maternidade na prisão e atenção à criança: busca garantir atendimento adequado durante a gestação e, além disso, garantir atendimento na atenção aos filhos e filhas de mães em situação de privação de liberdade;

5. Ações voltadas à segurança e gestão prisional: sugere o tratamento diferenciado no âmbito do encarceramento feminino, considerando algumas diversidades, como idade, deficiência, nacionalidade, gestantes, entre outros; e

6. Capacitação de servidores: dispõe sobre a capacitação dos servidores voltada à prática profissional comprometida com a promoção da dignidade da pessoa humana, em suas mais variadas dimensões, sejam éticas, familiares, sociais, culturais e políticas. (BRASIL, 2017e).

A política nacional, devido sua completude, ainda trata sobre as egressas, mulheres com transtorno mental, presas estrangeiras, bem como as responsabilidades institucionais, mas não cabe, neste momento, delongar-se sobre estes temas, tendo em vista que não se relacionam diretamente com a proposta do tema e sua complexidade.

3.2 OS DIREITOS E DEVERES DOS (AS) APENADOS (AS) NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

Além das políticas públicas já analisadas acima, criadas em benefício das mulheres encarceradas, torna-se necessário realizar uma análise ao que prevê a Constituição Federal no tocante aos direitos e deveres dos Apenados.

Na Constituição de 1988, os direitos e garantias fundamentais foram legitimados de forma revolucionária, já que o país vivia um período de supressão de direitos. Nesta nova Constituição, desde o seu preâmbulo, que inclui além dos direitos civis e políticos também os sociais, também há previsão de outros direitos e garantias fundamentais, decorrentes de princípios, leis ou tratados internacionais, ante a abertura proporcionada pelo art. 5º, § 2º da CF/88, conforme segue:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

[...]

§ 2º Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados

internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte. (BRASIL, 2017c).

A partir daí a pessoa em prisão adquiriu o status jurídico de sujeito de direitos, uma conquista histórica, obtida graças ao desenvolvimento do princípio da humanidade, onde a principal consequência desse desenvolvimento o reconhecimento de que são seres humanos, ainda que presos, um status que lhes é inalienável. A segunda consequência e de maior relevância é a de que o preso passou a estabelecer uma relação jurídica de especial sujeição com o Poder Público que o custodia. Desta forma, a pessoa presa passa a ter direitos perante a administração carcerária e deveres que deve observar, estando sujeito às determinações da administração penitenciária. (GECAP-USP, 2012).

Um dos mais importantes artigos da Constituição Federal de 1988 que trata do tema é o 5º, tanto pela sua extensiva lista de direitos quanto pelo valor social desses direitos. É justamente nesse artigo que estão previstos os direitos da pessoa presa, conforme segue:

III - ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante;

[...]

XLV - nenhuma pena passará da pessoa do condenado, podendo a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens ser, nos termos da lei, estendidas aos sucessores e contra eles executadas, até o limite do valor do patrimônio transferido;

XLVI - a lei regulará a individualização da pena e adotará, entre outras, as seguintes:

- a) privação ou restrição da liberdade;
- b) perda de bens;
- c) multa;
- d) prestação social alternativa;
- e) suspensão ou interdição de direitos;

XLVII - não haverá penas:

- a) de morte, salvo em caso de guerra declarada, nos termos do art. 84, XIX;
- b) de caráter perpétuo;
- c) de trabalhos forçados;
- d) de banimento;
- e) cruéis;

XLVIII - a pena será cumprida em estabelecimentos distintos, de acordo com a natureza do delito, a idade e o sexo do apenado;

XLIX - é assegurado aos presos o respeito à integridade física e moral;

L - às presidiárias serão asseguradas condições para que possam permanecer com seus filhos durante o período de amamentação;

[...]

LIV - ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal;

[...]

LXI - ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, salvo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei;

LXII - a prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados imediatamente ao juiz competente e à família do preso ou à pessoa por ele indicada;

LXIII - o preso será informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer calado, sendo-lhe assegurada a assistência da família e de advogado;

LXIV - o preso tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial;

LXV - a prisão ilegal será imediatamente relaxada pela autoridade judiciária;

LXVI - ninguém será levado à prisão ou nela mantido, quando a lei admitir a liberdade provisória, com ou sem fiança;

LXVII - não haverá prisão civil por dívida, salvo a do responsável pelo inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia e a do depositário infiel;

LXVIII - conceder-se-á "habeas-corpus" sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder;

[...]

LXXV - o Estado indenizará o condenado por erro judiciário, assim como o que ficar preso além do tempo fixado na sentença; (BRASIL, 2017c).

Tais garantias, por estarem previstas no documento nacional mais importante, compõem a mais alta esfera de direitos no Brasil.

Na Constituição é possível encontrar apenas as garantias tuteladas a todos os cidadãos, porquanto não deixando de tutelar inclusive aqueles que se encontrem reclusos, uma vez que não perdem o *status* de cidadão. Os deveres dos apenados são encontrados principalmente na Lei de Execução Penal.

Diante do exposto, é possível concluir que a previsão destes direitos, apesar de ter origem na Declaração Universal dos Direitos Humanos lá em 1948, e que posteriormente foi ratificada pelo texto constitucional em 1988, é muito moderna e contempla as diversas situações do cotidiano atual, contudo, ainda encontra-se falhas a serem sanadas quando da colocação dos direitos na prática.

3.3 OS DIREITOS E DEVERES DOS (AS) APENADOS (AS) NA LEI DE EXECUÇÃO PENAL

A Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, intitulada de Lei de Execução Penal foi criada com o intuito de fazer cumprir os termos das sentenças ou decisões criminais, buscando propiciar condições harmônicas para a integração social do condenado e do internado.

Nesta Lei a complementação dos direitos dos presos (as), previstos inicialmente na Constituição Federal, e logo nos arts. 10, 11, 14, §3º, 19, parágrafo

único, 77, §2º, 82, §1º, 83, §§ 2º e 3º, e 89, a legislação traz as assistências garantidas aos presos (as), conforme:

Art. 10. A assistência ao preso e ao internado é dever do Estado, objetivando prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade.

Parágrafo único. A assistência estende-se ao egresso.

Art. 11. A assistência será:

I - material;

II - à saúde;

III - jurídica;

IV - educacional;

V - social;

VI - religiosa.

[...]

Art. 14. A assistência à saúde do preso e do internado de caráter preventivo e curativo, compreenderá atendimento médico, farmacêutico e odontológico.

[...]

§ 3º Será assegurado acompanhamento médico à mulher, principalmente no pré-natal e no pós-parto, extensivo ao recém-nascido.

[...]

Art. 19. O ensino profissional será ministrado em nível de iniciação ou de aperfeiçoamento técnico.

Parágrafo único. A mulher condenada terá ensino profissional adequado à sua condição.

Art. 77. A escolha do pessoal administrativo, especializado, de instrução técnica e de vigilância atenderá a vocação, preparação profissional e antecedentes pessoais do candidato.

[...]

§ 2º No estabelecimento para mulheres somente se permitirá o trabalho de pessoal do sexo feminino, salvo quando se tratar de pessoal técnico especializado.

[...]

Art. 82. Os estabelecimentos penais destinam-se ao condenado, ao submetido à medida de segurança, ao preso provisório e ao egresso.

§ 1º A mulher e o maior de sessenta anos, separadamente, serão recolhidos a estabelecimento próprio e adequado à sua condição pessoal.

[...]

Art. 83. O estabelecimento penal, conforme a sua natureza, deverá contar em suas dependências com áreas e serviços destinados a dar assistência, educação, trabalho, recreação e prática esportiva.

[...]

2º Os estabelecimentos penais destinados a mulheres serão dotados de berçário, onde as condenadas possam cuidar de seus filhos, inclusive amamentá-los, no mínimo, até 6 (seis) meses de idade.

§ 3º Os estabelecimentos de que trata o § 2º deste artigo deverão possuir, exclusivamente, agentes do sexo feminino na segurança de suas dependências internas.

[...]

Art. 89. Além dos requisitos referidos no art. 88, a penitenciária de mulheres será dotada de seção para gestante e parturiente e de creche para abrigar crianças maiores de 6 (seis) meses e menores de 7 (sete) anos, com a finalidade de assistir a criança desamparada cuja responsável estiver presa. (BRASIL, 2017a).

Nos artigos seguintes a legislação explica a abrangência de cada uma das assistências, que vão desde o fornecimento de alimentação, vestuário e instalações

higiênicas até colaboração da assistência social para o egresso a fim de obtenção de trabalho.

Somente no Capítulo IV é que há previsão dos direitos, deveres e disciplina dos presos, de acordo com os arts:

Art. 40 - Impõe-se a todas as autoridades o respeito à integridade física e moral dos condenados e dos presos provisórios.
 Art. 41 - Constituem direitos do preso:
 I - alimentação suficiente e vestuário;
 II - atribuição de trabalho e sua remuneração;
 III - Previdência Social;
 IV - constituição de pecúlio;
 V - proporcionalidade na distribuição do tempo para o trabalho, o descanso e a recreação;
 VI - exercício das atividades profissionais, intelectuais, artísticas e desportivas anteriores, desde que compatíveis com a execução da pena;
 VII - assistência material, à saúde, jurídica, educacional, social e religiosa;
 VIII - proteção contra qualquer forma de sensacionalismo;
 IX - entrevista pessoal e reservada com o advogado;
 X - visita do cônjuge, da companheira, de parentes e amigos em dias determinados;
 XI - chamamento nominal;
 XII - igualdade de tratamento salvo quanto às exigências da individualização da pena;
 XIII - audiência especial com o diretor do estabelecimento;
 XIV - representação e petição a qualquer autoridade, em defesa de direito;
 XV - contato com o mundo exterior por meio de correspondência escrita, da leitura e de outros meios de informação que não comprometam a moral e os bons costumes.
 XVI - atestado de pena a cumprir, emitido anualmente, sob pena da responsabilidade da autoridade judiciária competente.
 Parágrafo único. Os direitos previstos nos incisos V, X e XV poderão ser suspensos ou restringidos mediante ato motivado do diretor do estabelecimento.
 Art. 42 - Aplica-se ao preso provisório e ao submetido à medida de segurança, no que couber, o disposto nesta Seção.
 Art. 43 - É garantida a liberdade de contratar médico de confiança pessoal do internado ou do submetido a tratamento ambulatorial, por seus familiares ou dependentes, a fim de orientar e acompanhar o tratamento.
 Parágrafo único. As divergências entre o médico oficial e o particular serão resolvidas pelo Juiz da execução. (BRASIL, 2017a).

Os artigos 40, 41, 42 e 43 da Lei de Execução Penal complementam os direitos previstos no texto constitucional, trazendo maior detalhamento dessas garantias.

Contudo, apesar de, até agora, apenas ter-se falado em direitos e garantias dos apenados, vale ressaltar que há deveres impostos aos presos, haja vista que não é possível que um sistema prisional sobreviva somente com direitos, sem que haja necessidade de que os detentos cumpram regras específicas do sistema jurídico e do sistema penitenciário. (PARENTONI, 2012).

Novamente, cita-se os artigos da Lei de Execução Penal que, desta vez, tratam dos deveres dos (as) presos (as):

Art. 38. Cumpre ao condenado, além das obrigações legais inerentes ao seu estado, submeter-se às normas de execução da pena.

Art. 39. Constituem deveres do condenado:

I - comportamento disciplinado e cumprimento fiel da sentença;

II - obediência ao servidor e respeito a qualquer pessoa com quem deva relacionar-se;

III - urbanidade e respeito no trato com os demais condenados;

IV - conduta oposta aos movimentos individuais ou coletivos de fuga ou de subversão à ordem ou à disciplina;

V - execução do trabalho, das tarefas e das ordens recebidas;

VI - submissão à sanção disciplinar imposta;

VII - indenização à vítima ou aos seus sucessores;

VIII - indenização ao Estado, quando possível, das despesas realizadas com a sua manutenção, mediante desconto proporcional da remuneração do trabalho;

IX - higiene pessoal e asseio da cela ou alojamento;

X - conservação dos objetos de uso pessoal.

Parágrafo único. Aplica-se ao preso provisório, no que couber, o disposto neste artigo. (BRASIL, 2017a).

Faz-se necessário o cumprimento desses deveres, dentro do que determina a dignidade humana, para que o sistema penitenciário consiga exercer sua função ressocializadora, já que o preso está detido por ter uma dívida a pagar com a sociedade. (PARENTONI, 2012).

Há ainda, a previsão das disciplinas a serem seguidas, mais uma vez a Lei de Execução Penal prevê:

Art. 44. A disciplina consiste na colaboração com a ordem, na obediência às determinações das autoridades e seus agentes e no desempenho do trabalho.

Parágrafo único. Estão sujeitos à disciplina o condenado à pena privativa de liberdade ou restritiva de direitos e o preso provisório.

Art. 45. Não haverá falta nem sanção disciplinar sem expressa e anterior previsão legal ou regulamentar.

§ 1º As sanções não poderão colocar em perigo a integridade física e moral do condenado.

§ 2º É vedado o emprego de cela escura.

§ 3º São vedadas as sanções coletivas.

Art. 46. O condenado ou denunciado, no início da execução da pena ou da prisão, será cientificado das normas disciplinares.

Art. 47. O poder disciplinar, na execução da pena privativa de liberdade, será exercido pela autoridade administrativa conforme as disposições regulamentares.

Art. 48. Na execução das penas restritivas de direitos, o poder disciplinar será exercido pela autoridade administrativa a que estiver sujeito o condenado.

Parágrafo único. Nas faltas graves, a autoridade representará ao Juiz da execução para os fins dos artigos 118, inciso I, 125, 127, 181, §§ 1º, letra d, e 2º desta Lei. (BRASIL, 2017a).

Não obstante ao que fora falado sobre os deveres, certas normas de convivência são elementares para que haja um bom funcionamento dos presídios, já que são aglomerados de pessoas convivendo em um espaço comum. (PARENTONI, 2012).

Isto posto, é possível concluir que tanto a previsão constitucional quanto a infraconstitucional são completas no que diz respeito a deveres e, principalmente, direitos, contudo, é sabido que a realidade nos estabelecimentos prisionais foge muito do que determina a Lei, pois não basta prever um direito, deve-se, também, subsidiar condições para que este possa ser exercido.

3.4 DAS NORMATIVAS APLICADAS PELA SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DE SANTA CATARINA EM FAVOR DAS MULHERES

De acordo com os dados até aqui elencados, Santa Catarina está longe de ser o Estado mais precário quando o assunto é aprisionamento de mulheres, contudo, há muito o que se fazer ainda.

Conforme a jornalista do Diário Catarinense (2017), Schirlei Alves, há 13 unidades prisionais que abrigam mulheres no Estado, entretanto somente duas delas possuem berçário – Florianópolis e Itajaí. Não fosse ruim o suficiente, nenhuma delas dispõe de creche, e as áreas de atendimento à saúde dificilmente possuem acompanhamento ginecológico, quando necessário, as detentas são encaminhadas para as unidades de saúde próximas.

Ainda conforme a jornalista, no primeiro semestre deste ano, a Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina realizou um mutirão a fim de reavaliar processos das mulheres que estão custodiadas nos presídios catarinenses em busca de desafogar o sistema, através de pedidos de progressão de regime, substituição de pena e conversão de prisões preventivas, tendo conseguido reduzir o número de mil para 964 o número de detentas no Estado. Em junho deste ano foi realizada inspeção no Presídio Feminino da Capital, onde fora constatado que colchões se amontoavam nos corredores, por falta de vaga, além disso, a cela que é destinada à uma única mulher – a solitária – era ocupada por três mulheres. As detentas contaram à defensora pública, a qual realizou a inspeção, que na cela do castigo não recebem

roupa de cama, kit de higiene e não têm direito a consulta médica e banho de sol. (ALVES, 2017).

Nesta mesma visita, um enfermeiro da unidade prisional relatou que as detentas não recebem preservativos para as visitas íntimas, pois são obrigadas a fazer uso de anticoncepcional trimestral, desconsiderando que diversas doenças são transmitidas através da relação sexual. (ALVES, 2017).

Em uma outra reportagem, desta vez no G1 Santa Catarina, relata uma vistoria realizada em 5 estabelecimentos prisionais de Santa Catarina, onde foram constatadas condições degradantes do ambiente onde os presos se encontram. Analisando o Presídio Feminino de Tubarão ficou atestado que ao lado da unidade existe um necrotério e de acordo com os peritos, o forte odor oriundo do necrotério invade as celas pelo único local destinado a ventilação, que são as janelas. (G1/SC, 2016).

Nesta mesma unidade não há uma equipe de profissionais da saúde, as celas estão com fiação elétrica e instalação hidráulica expostas, a comida fornecida não é preparada com higiene básica, além de não haver acesso a água potável. (G1, 2016).

Segundo dados da Secretaria de Justiça e Cidadania, estão sendo construídas 5 novas unidades prisionais em Santa Catarina, uma em Chapecó, outra em Joinville, uma em Itajaí, uma outra em Criciúma – que está próxima de ser inaugurada – e uma em Tubarão, contudo, essa última ainda não teve início na execução das obras. Tudo isso visando dar melhores condições para as mulheres que já estão presas, acabando com os presídios mistos, além de abrir espaço para novas vagas, já que a previsão é de mais de 1.300 novas vagas nestes 5 estabelecimentos. (ALVES, 2017).

Isto posto, é possível concluir que Santa Catarina está na contramão da maior parte do Brasil, pois, apesar de haver muito a se fazer, caminha-se na direção de melhores condições para os custodiados, a fim de fazer valer o papel ressocializador da pena. Mas, por outro lado, Santa Catarina ainda não possui penitenciária feminina, contando apenas com presídios, o que fere o art. 87 da LEP, o qual determina que os condenados à pena de reclusão, cumprirão sua pena em regime fechado e em penitenciárias, o que quer dizer, então, que as mulheres

condenadas no estado de Santa Catarina estão cumprindo suas penas em presídios, os quais deveriam abrigar apenas presos provisórios.

Desta mesma forma, vale dizer que os estabelecimentos prisionais mistos contrariam o disposto no art. 82, §1º, também da LEP, que determina que mulheres e maiores de sessenta anos, serão recolhidos a estabelecimento próprio e adequado à sua condição pessoal.

Contudo, este dado está prestes a mudar, haja vista que a primeira penitenciária feminina de Santa Catarina está terminando de ser construída em Criciúma, sul do estado, dessa forma, as condenadas poderão cumprir suas penas em local mais adequado a sua condição de regime fechado.

4. A REALIDADE DOS ESTABELECIMENTOS PRISIONAIS FEMININOS NO BRASIL

Nas últimas décadas o aprisionamento de mulheres aumentou significativamente no Brasil, impactando nas políticas de segurança, administração penitenciária, assim como para as políticas específicas de combate à desigualdade de gênero.

O processo de consolidação do projeto democrático delineado na Constituição de 1988 encontra, dentre tantos desafios, dois obstáculos de porte: a redução das desigualdades de gênero e a superação das disfunções de um sistema penitenciário que não tem se mostrado eficaz em seus propósitos. O encarceramento de mulheres merece destaque, tendo em vista a forte vinculação do sistema penal brasileiro a uma matriz histórica patriarcal. (BRASIL, 2017e).

De acordo com a Política Nacional de Atenção às Mulheres, as justificativas para a falta de um olhar diferenciado com práticas humanizadoras no que diz respeito à diversidade de gênero, no âmbito das prisões de mulheres, reproduzem visões simplistas unicamente focadas na questão numérica, tendo em vista que do total de 548.0031 da população carcerária, 35.039 são mulheres, o que equivale a um percentual de cerca de 7%. (BRASIL, 2017e).

4.1 ESTABELECIMENTOS PRISIONAIS E A EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO CARCERÁRIA

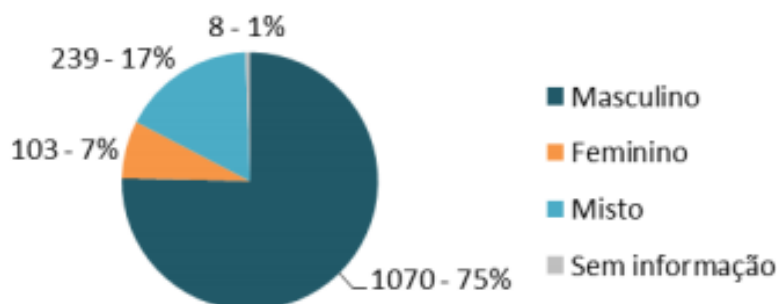
No Brasil há mais de 1.400 estabelecimentos prisionais, no cômputo do Relatório INFOPEN Mulheres, constam ainda as informações sobre pessoas custodiadas em carceragens de delegacias ou estabelecimentos similares administrados pelas Secretarias de Segurança Pública. (BRASIL, 2017b).

É inegável reconhecer que um dos mais graves problemas das unidades prisionais brasileiras diz respeito a sua própria estrutura física. Instalações superlotadas, com graves condições de ventilação, iluminação, higiene e outras tantas mazelas não são incomuns. (BRASIL, 2017b).

Pouco se tem de informação quando o assunto são as mulheres em situação de cárcere. Somente em 2014, com o lançamento do Relatório INFOPEN Mulheres, que foi criado em conformidade à primeira meta da Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema

Prisional, que prevê a criação e reformulação de bancos de dados em âmbito estadual e nacional sobre o sistema prisional, é que se torna possível obter uma dimensão do encarceramento feminino no Brasil. (BRASIL, 2017b).

Gráfico 3 - Destinação do Estabelecimento por Sexo no Brasil.



Fonte: Infopen, jun/2014. Departamento Penitenciário Nacional/Ministério da Justiça.

O Gráfico 3 demonstra como estão distribuídos os estabelecimentos prisionais de acordo com o sexo e o que se pode perceber é que, dos mais de 1.400 estabelecimentos, apenas 7% é destinado a população feminina encarcerada.

Gráfico 4 – Evolução da População Carcerária por Sexo.

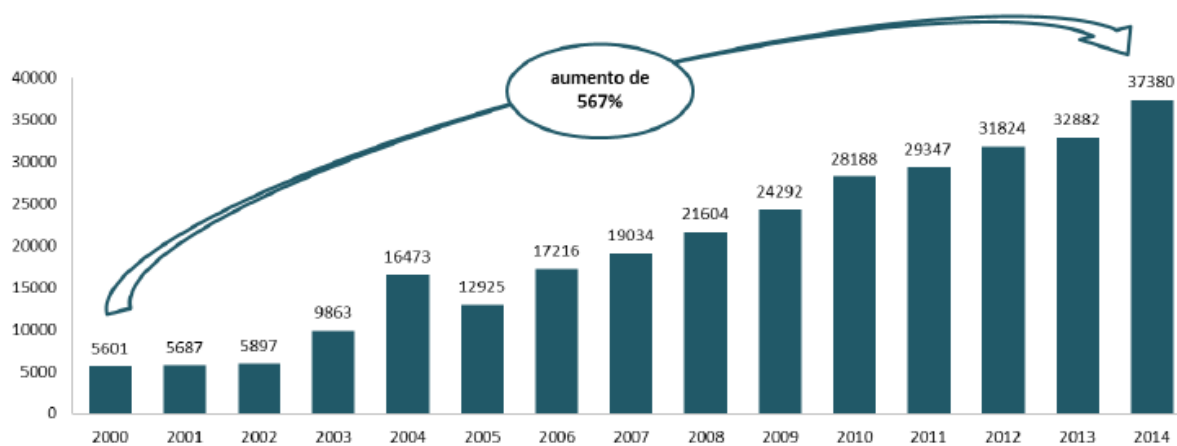
| | Sistema Penitenciário | | | Secretarias de Segurança/ Carceragens de delegacias | | | População prisional | | |
|------|-----------------------|---------|----------|--|--------|----------|---------------------|---------|----------|
| | TOTAL | Homens | Mulheres | TOTAL | Homens | Mulheres | TOTAL | Homens | Mulheres |
| 2000 | 174.980 | 169.379 | 5.601 | 57.775 | 53.264 | 4.511 | 232.755 | 222.643 | 10.112 |
| 2001 | 171.366 | 165.679 | 5.687 | 62.493 | 58.307 | 4.186 | 233.859 | 223.986 | 9.873 |
| 2002 | 181.019 | 175.122 | 5.897 | 58.326 | 53.938 | 4.388 | 239.345 | 229.060 | 10.285 |
| 2003 | 240.203 | 230.340 | 9.863 | 68.101 | ... | ... | 308.304 | ... | ... |
| 2004 | 262.710 | 246.237 | 16.473 | 73.648 | 71.331 | 2.317 | 336.358 | 317.568 | 18.790 |
| 2005 | 296.919 | 283.994 | 12.925 | 64.483 | 57.144 | 7.339 | 361.402 | 341.138 | 20.264 |
| 2006 | 339.580 | 322.364 | 17.216 | 61.656 | 55.807 | 5.849 | 401.236 | 378.171 | 23.065 |
| 2007 | 366.359 | 347.325 | 19.034 | 56.014 | 49.218 | 6.796 | 422.373 | 396.543 | 25.830 |
| 2008 | 393.698 | 372.094 | 21.604 | 57.731 | 50.681 | 7.050 | 451.429 | 422.775 | 28.654 |
| 2009 | 417.112 | 392.820 | 24.292 | 56.514 | 49.405 | 7.109 | 473.626 | 442.225 | 31.401 |
| 2010 | 445.705 | 417.517 | 28.188 | 50.546 | 43.927 | 6.619 | 496.251 | 461.444 | 34.807 |
| 2011 | 471.254 | 441.907 | 29.347 | 43.328 | 38.617 | 4.711 | 514.582 | 480.524 | 34.058 |
| 2012 | 515.482 | 483.658 | 31.824 | 34.304 | 30.905 | 3.399 | 549.786 | 514.563 | 35.223 |
| 2013 | 557.286 | 524.404 | 32.882 | 24.221 | 21.885 | 2.336 | 581.507 | 546.289 | 35.218 |
| 2014 | 579.781 | 542.401 | 37.380 | 27.950 | ... | ... | 607.731 | ... | ... |

Fonte: Infopen; Senasp.

Nos Gráficos 4 e 5 observa-se a evolução do crescimento da população carcerária masculina e feminina entre os anos de 2000 e 2014, e se pode concluir que, indiferentemente do regime da prisão, o número mais que triplicou. Em contrapartida, a evolução do número de mulheres presas, no mesmo período, multiplicou 6 vezes, contudo, ainda não chega perto do volume de homens encarcerados, tendo em vista que, como já dito, as mulheres representam cerca de 7% da população carcerária total do Brasil.

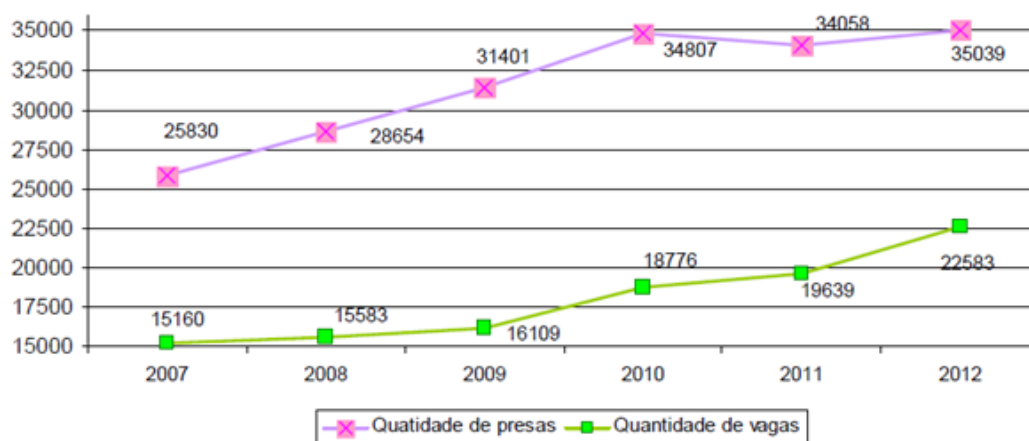
No Brasil, o déficit carcerário feminino cresce à medida que a quantidade de mulheres que ingressam nos estabelecimentos prisionais aumenta, pois além da circunstância socioeconômica, falta, também, uma política efetiva para a construção permanente de vagas. Enquanto a taxa total de aprisionamento aumentou 119% entre 2000 e 2014, a taxa de aprisionamento de mulheres aumentou 460% no período, saltando de 6,5 mulheres presas para cada 100 mil mulheres em 2000 para 36,4 mulheres em 2014. (BRASIL, 2017b).

Gráfico 5 – Evolução da População Carcerária Feminina.



Fonte: Ministério da Justiça - a partir de 2005, dados do Infopen/MJ.

Gráfico 6 – Quantidade de Presas e Quantidade de Vagas Femininas.



Fonte: Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional. 2012.

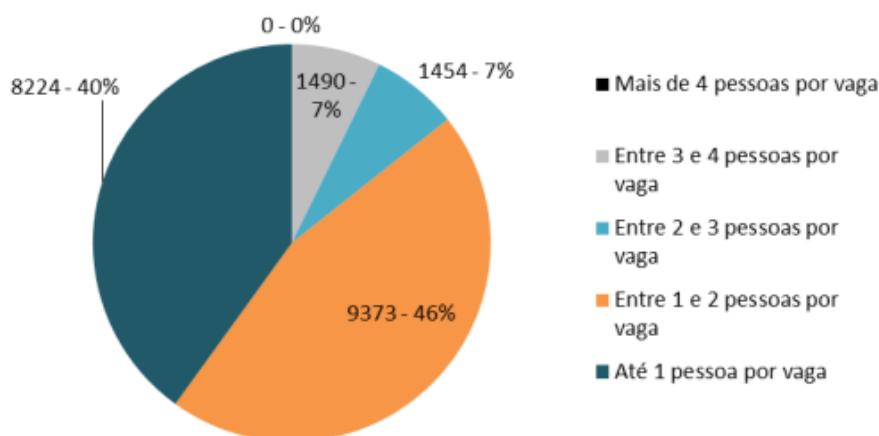
No Gráfico 6 é possível notar que, durante os anos de 2007 a 2012, enquanto o número de mulheres encarceradas aumentou em praticamente 10 mil, o número de vagas não acompanhou tal crescimento e, nesse mesmo período, expandiu apenas 7 mil vagas. O déficit carcerário feminino atual é de aproximadamente 13 (treze) mil vagas. (BRASIL, 2017e).

A maioria dos espaços físicos destinados ao cumprimento de pena são locais adaptados para as mulheres e não possuem atendimentos específicos necessários, o que acarreta em desrespeito às especificidades de gênero. (BRASIL, 2017b).

A destinação dos estabelecimentos segundo o gênero, portanto, é um dever estatal, e representa aspecto fundamental para a implementação de políticas públicas específicas, voltadas a esse segmento. (BRASIL, 2017b).

Por outro lado, como pode-se identificar no Gráfico 7, a situação de superlotação nas unidades femininas é menor do que nas unidades masculinas e/ou mistas do cenário brasileiro.

Gráfico 7 – Mulheres em Unidades Femininas por Situação de Lotação.

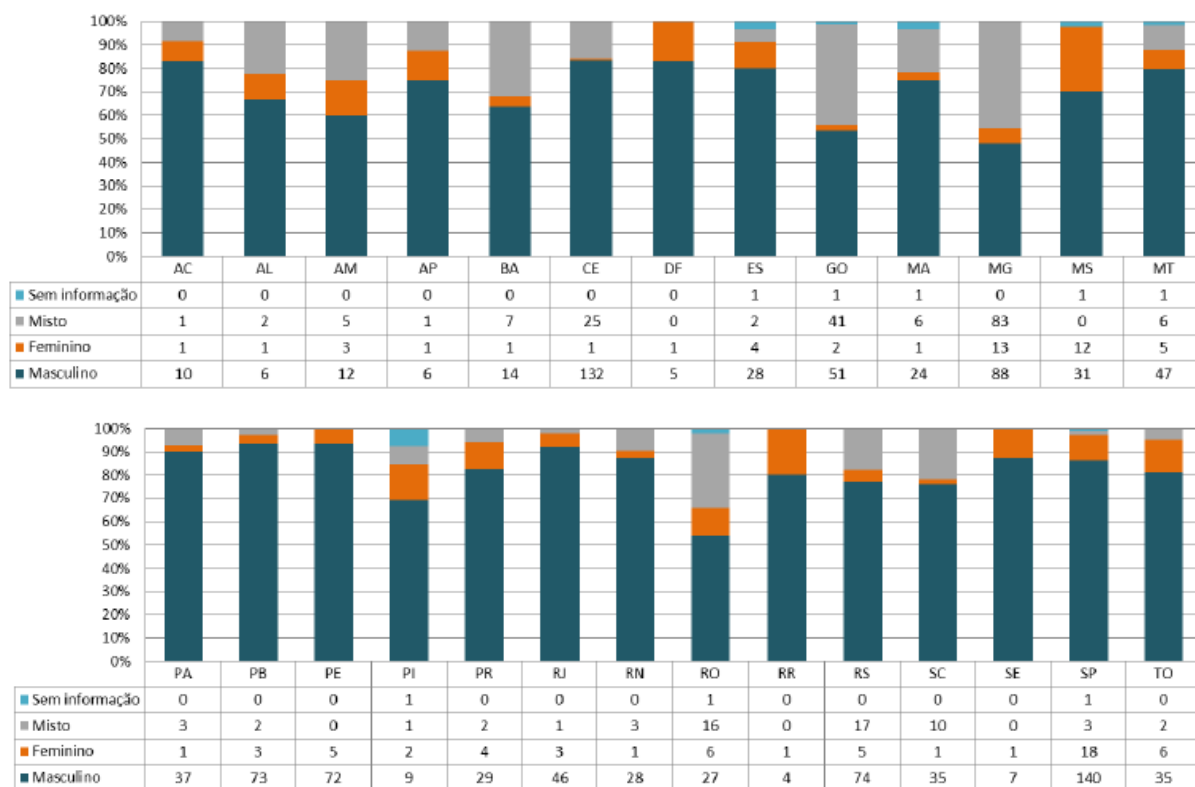


Fonte: Infopen, jun/2014. Departamento Penitenciário Nacional/Ministério da Justiça.

No Gráfico 8 é possível observar a distribuição dos estabelecimentos, segundo gênero, nas diferentes Unidades da Federação. É notório que as unidades com maior número de estabelecimentos exclusivamente destinados às mulheres são as regiões metropolitanas como: São Paulo (18 estabelecimentos), Minas Gerais (13) e Mato Grosso do Sul (12). Das Unidades Federativas do Sul do país, podemos notar que Santa Catarina é o ente que menos tem capacidade física de custodiar mulheres em estabelecimentos destinados exclusivamente a elas. (BRASIL, 2017b).

Entretanto essa realidade, ao menos em Santa Catarina, tende a mudar, visto que, como já mencionado anteriormente, atualmente estão sendo construídos e planejados outros 5 estabelecimentos prisionais que custodiarão exclusivamente mulheres, e quando entregues, colocarão à disposição da Secretaria da Segurança do Estado mais de 1.300 novas vagas.

Gráfico 8 – Destinação do Estabelecimento por Sexo.



Fonte: Infopen, jun/2014. Departamento Penitenciário Nacional/Ministério da Justiça.

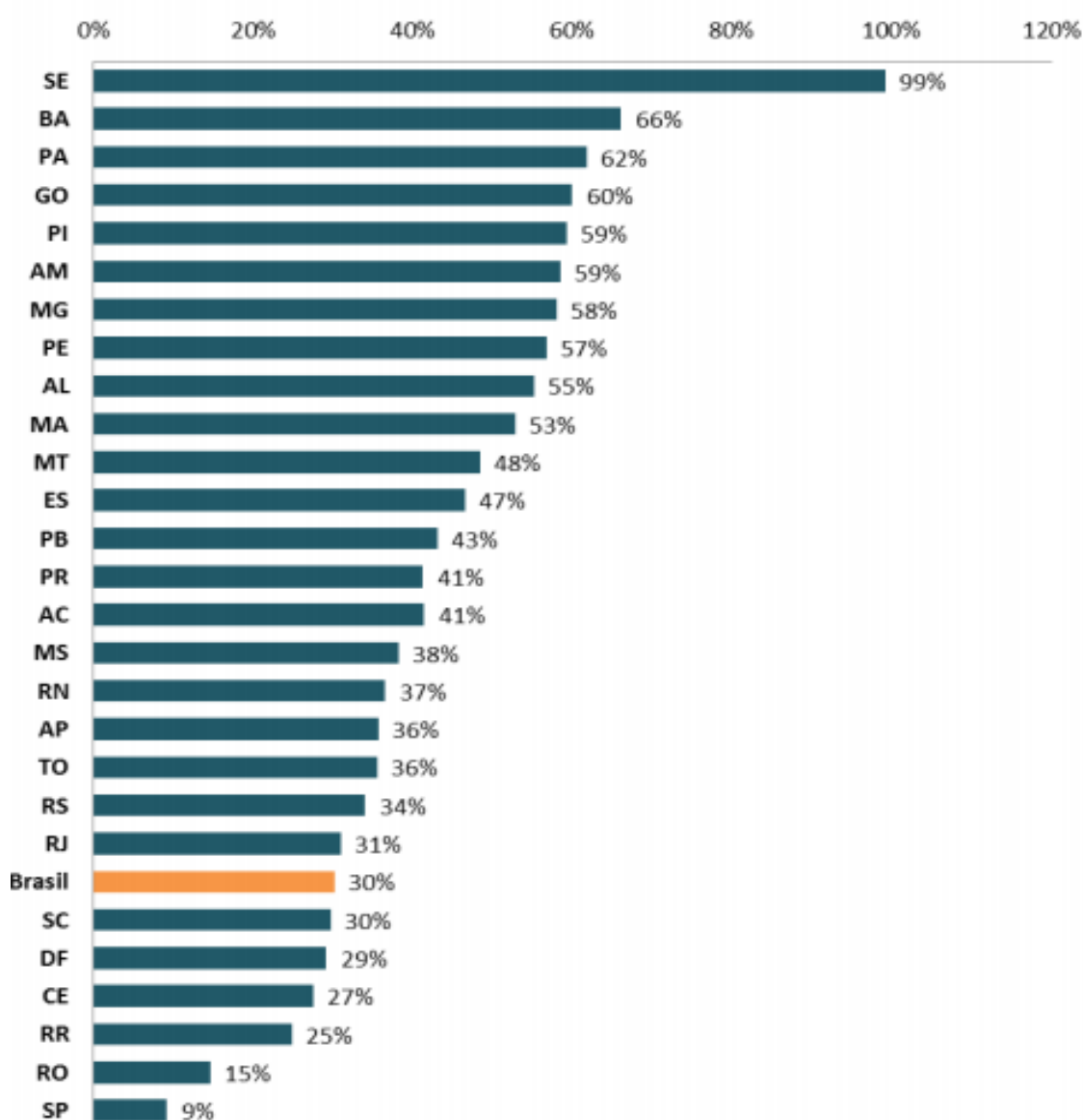
No Gráfico 9 é possível fazer uma análise do percentual de mulheres que estão custodiadas em cada Unidade da Federação sem condenação, ou seja, há Estados em que quase a totalidade de mulheres ainda aguarda por julgamento. (BRASIL, 2017b).

O que se pode concluir até aqui é que, além de não haver capacidade física nos estabelecimentos prisionais, também não há eficácia do Poder Judiciário para julgar os delitos cometidos por estas mulheres, quer dizer então que não se está – falando-se em termos de Brasil – dispondo de espaço físico adequado, tampouco um órgão julgador capaz de analisar e dar vereditos na mesma proporção que são cometidos, mas ainda assim, não deixa-se de prender. (BRASIL, 2017b).

Muitas destas mulheres que estão sob custódia do Estado, onde após o julgamento, poderão ser absolvidas, ou até mesmo colocadas em liberdade por já terem cumprido a pena antes mesmo do julgamento. Assim, face a este outro problema, verifica-se que a deficiência não se encontra tão somente na criação de vagas para aprisionar mais mulheres, mas sim, como já dito, na ineficácia de dar um julgamento correto àquelas que já estão presas. (MARQUES, OLIVEIRA, 2014, p.22).

De acordo com o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – INFOPEN Mulheres, em junho de 2014, 11.269 mulheres custodiadas no sistema prisional brasileiro sem condenação, equivalem a 3 em cada 10 mulheres presas. (BRASIL, 2017b).

Gráfico 9 – Percentual de Mulheres Presas sem Condenação.



Fonte: Infopen, jun/2014. Departamento Penitenciário Nacional/Ministério da Justiça.

Estes dados, evidentemente, contrariam o texto da Constituição Federal, em seus incisos LIV, LVII e LXVI, do artigo 5º, onde é garantido a todo e qualquer cidadão o direito de não ter sua liberdade privada sem o devido processo legal, ou ainda que, ninguém será considerado culpado até que haja uma sentença penal condenatória transitado em julgado, e, não obstante, o texto constitucional estabelece

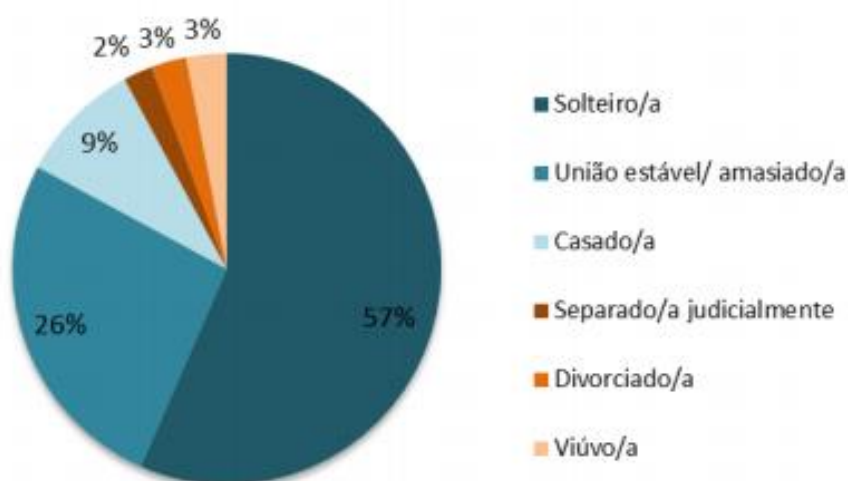
que ninguém será levado à prisão ou nela mantido, quando a lei admitir a liberdade provisória. (BRASIL, 2017c).

Contudo, quando o sistema aprisiona alguém e delonga-se em julgá-lo, não estaria ferindo o princípio do devido processo legal? Ou, quando se esquece do sujeito nas mazelas dos presídios e ele (a) passa mais tempo do que deveria, ou pior, quando ele (a) cumpre uma pena desnecessária, pois posteriormente fora inocentado (a), não estaríamos violando expressamente os direitos fundamentais dessa pessoa? O que se busca aqui não descriminalizar as condutas previstas no Código Penal, mas, alertar que, cotidianamente, cidadãos (as) estão tendo seus direitos violados, o que pode causar um dano irreparável, que sejamos capazes de julgar, assim como somos capazes de aprisionar. (MARQUES, 2014, p. 119).

4.2 ESTADO CIVIL E ESCOLARIDADE

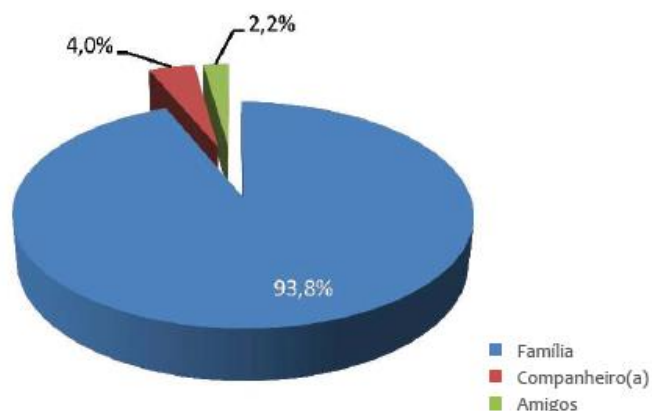
Das mulheres encarceradas em todo o Brasil, boa parte é solteira, contudo, a parcela de mulheres que são casadas ou mantém uma união estável raramente recebem a visita do companheiro durante o cárcere. Os dados são significativos de mulheres que apenas recebem visita da família e não dos companheiros, na cidade de São Paulo, por exemplo, menos de 5% das mulheres recebem a visita de seus companheiros. (BRASIL, 2017b).

Gráfico 10 – Estado Civil das Mulheres Privadas de Liberdade no Brasil.



Fonte: Infopen, jun/2014. Departamento Penitenciário Nacional/Ministério da Justiça.

Gráfico 11 – De Quem Recebem Visitas – Estado de São Paulo.



Fonte: Diretrizes de Atenção à Mulher Presa – Estado de São Paulo.

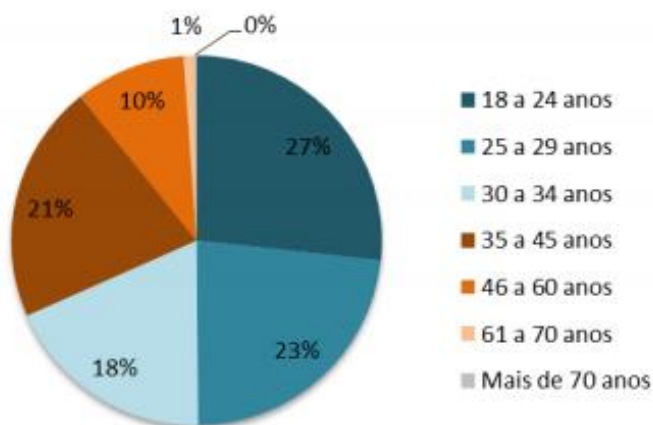
As visitas são majoritariamente de mulheres: mães, filhas, irmãs, cunhadas.

No livro “Presos que Menstruam – A brutal vida das mulheres – tratadas como homens – nas prisões brasileiras” a autora Nana Queiroz relata o cotidiano das mulheres nos presídios brasileiros e revela que:

Quando um homem é preso, comumente sua família continua em casa, aguardando seu regresso. Quando uma mulher é presa, a história é corriqueira é: ela perde o marido e a casa, os filhos são distribuídos entre familiares e abrigados. Enquanto o homem volta para um mundo que já o espera, ela sai e tem que construir seu mundo. (QUEIROZ, 2015, p. 77).

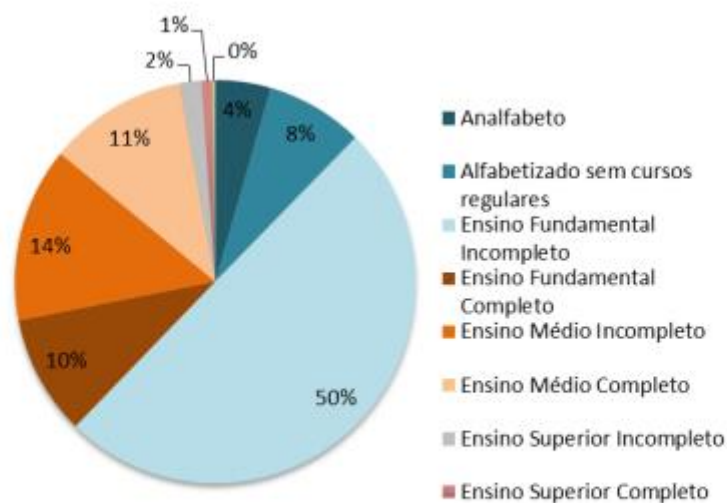
Já o Gráfico 12 evidencia que praticamente metade da população carcerária feminina do Brasil tem menos de 30 anos, o que traz reflexos diretos no nível de escolaridade (Gráfico 13) destas mulheres. (BRASIL, 2017b).

Gráfico 12 – Faixa Etária das Mulheres Privadas de Liberdade no Brasil.



Fonte: Infopen, jun/2014. Departamento Penitenciário Nacional/Ministério da Justiça.

Gráfico 13 – Escolaridade das Mulheres Privadas de Liberdade no Brasil.



Fonte: Infopen, jun/2014. Departamento Penitenciário Nacional/Ministério da Justiça.

Todos estes dados refletem nas condições em que são encarceradas as mulheres no Brasil.

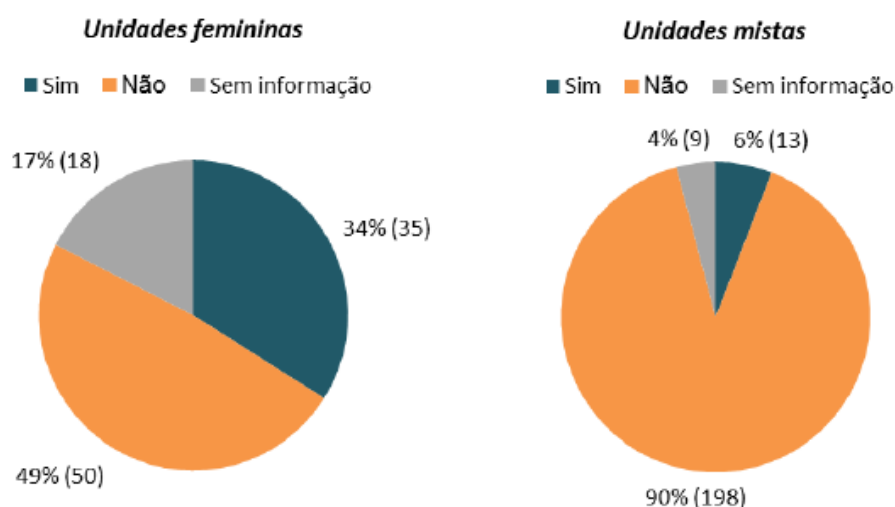
O que se constata até aqui é que, analisando o déficit no Brasil, há necessidade da construção de ambientes físicos que possam abrigar adequadamente essas mulheres, assim como é imprescindível o desenvolvimento de serviços penais adequados, bem como sejam criados programas sociais condizentes com as particularidades da mulher, sem esquecermos da indispensabilidade de um poder judiciário eficaz.

4.3 DAS GESTANTES NO SISTEMA PRISIONAL

A Constituição Federal de 1988 assegura às presidiárias condições para que possam permanecer com seus filhos durante o período de amamentação, e a Lei de Execução Penal determina que a penitenciária de mulheres será dotada de seção para gestante e parturiente e de creche, contudo, o que acontece, de fato, não é isso. (BRASIL, 2017b).

Os gráficos a seguir demonstram que, nem mesmo os estabelecimentos prisionais femininos, estão devidamente equipados para dar a devida assistência às mulheres grávidas.

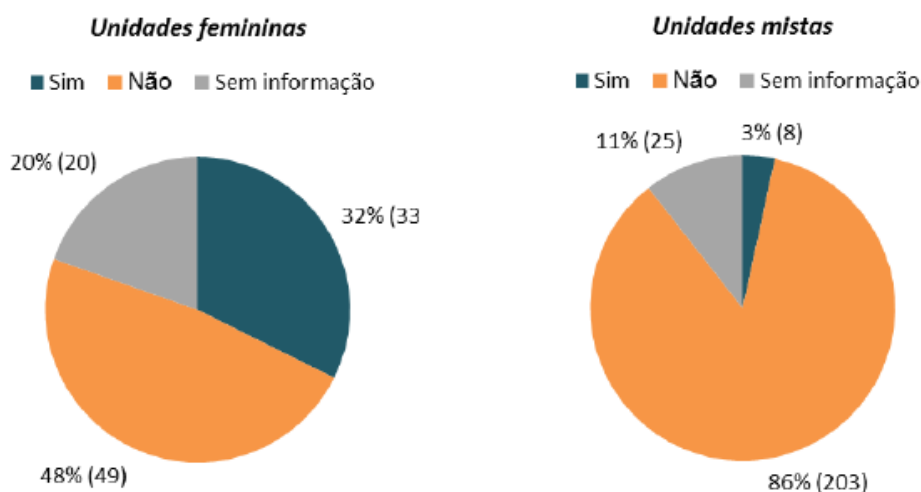
Gráfico 14 – Existência de Cella/Dormitório Adequado para Gestantes em Unidades Femininas e Mistas no Brasil.



Fonte: Infopen, jun/2014. Departamento Penitenciário Nacional/Ministério da Justiça.

O Gráfico 14 ilustra que a maior parte das penitenciárias que abrigam mulheres não oferece condições básicas para as gestantes e parturientes.

Gráfico 15 - Existência de Berçário e/ou Centro de Referência em Unidades Femininas e Mistas no Brasil.



Fonte: Infopen, jun/2014. Departamento Penitenciário Nacional/Ministério da Justiça.

O Gráfico 15 demonstra a (in) existência de berçário e/ou centro de referência em unidades femininas e mistas no Brasil, o que mais assusta nesses dados é que, justamente nos estabelecimentos criados especialmente para o gênero feminino, praticamente metade deles não possui estrutura para comportar as necessidades de uma mulher, neste caso, a gestante e parturiente.

Na obra já mencionada “Presos que Menstruam – A brutal vida das mulheres – tratadas como homens – nas prisões brasileiras” a autora Nana Queiroz que relata o cotidiano das mulheres nos presídios brasileiros, em um dos capítulos, intitulado “A sentença do filho” ela relata que:

Quando a polícia finalmente pôs as mãos em Gardência, ela estava já com a gravidez avançada. Não que isso, em momento algum, tenha lhe rendido tratamento especial. Quando foi detida, Gardência foi jogada com violência dentro da viatura e teve uma bolsa pesada atirada contra sua barriga. (QUEIROZ, 2015, p. 71).

Continuando a história de Gardência, que teve o nascimento da filha antecipado em dois meses, devido as condições precárias onde se encontrava, depois de ter dado à luz teria o direito de amamentar, por no mínimo, seis meses a filha recém-nascida, contudo, devido à falta de berçários e creches, o procedimento foi enviar a lactante para um dos berçários improvisados dentro das penitenciárias. (QUEIROZ, 2015, p. 76).

[...] elas podem ficar com o filho e amamenta-lo, mas não têm acesso a cuidados médicos específicos. O benefício não é estendido a todas as mulheres, sobretudo não às que cumprem pena em locais impróprios e precisam sujeitar os recém-nascidos às mesmas condições subumanas em que vivem. (QUEIROZ, 2015, p. 76).

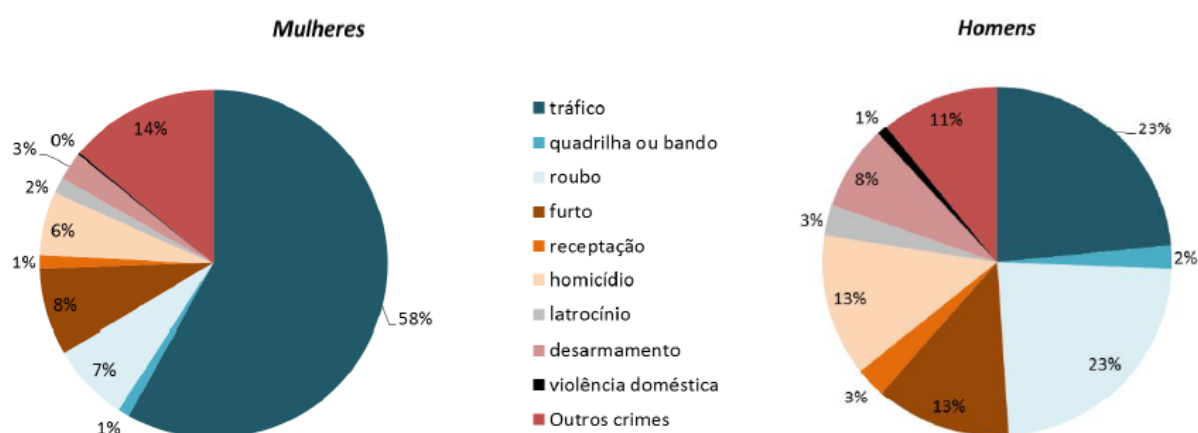
O que pode-se extrair novamente destes dados é que, as prisões foram pensadas para homens, suas estruturas foram edificadas para o sexo masculino, não sendo eficazes para as mulheres, já que as necessidades e especificidades são outras, como a gravidez, por exemplo.

4.4 DELITO E O TEMPO DA PENA

Através das pesquisas até aqui realizadas, é possível perceber que, grande parcela da população carcerária feminina, possui algum envolvimento com o tráfico de drogas.

O encarceramento feminino tem padrões de criminalidade muito distintos se comparados aos do público masculino. Enquanto 23% dos crimes pelos quais os homens respondem estão relacionados ao tráfico, para as mulheres essa proporção chega a 58%. Por outro lado, o número de crimes de roubo registrados para homens é três vezes maior do que para mulheres. (BRASIL, 2017b).

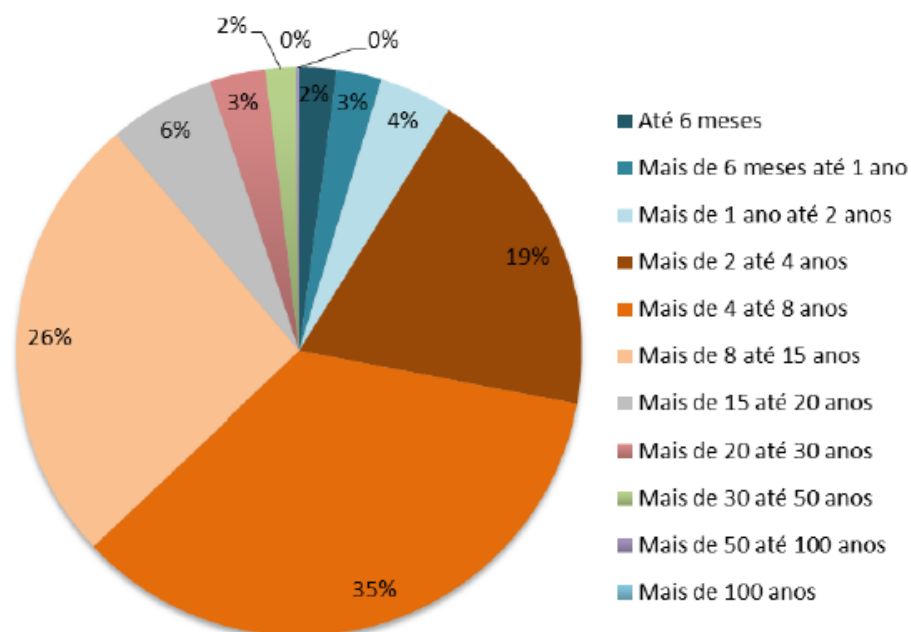
Gráfico 16 – Distribuição por sexo dos crimes tentados/consumados entre os registros das pessoas privadas de liberdade.



Fonte: Infopen, jun/2014. Departamento Penitenciário Nacional/Ministério da Justiça.

Já no que tange ao tempo total de penas da população prisional feminina condenada o Gráfico 17 demonstra que:

Gráfico 17 – Tempo total de penas da população prisional feminina condenada.



Fonte: Infopen, jun/2014. Departamento Penitenciário Nacional/Ministério da Justiça.

O que se pode extrair destes dados, é que mais de 50% das mulheres estão sendo condenadas pelo envolvimento no mesmo tipo de crime, cumprindo pena, em média, de até 8 anos, e o que muitas delas afirmam é que foram os próprios companheiros que as apresentaram a esta realidade.

4.5 DAS MULHERES TRANSEXUAIS NOS ESTABELECIMENTOS PRISIONAIS

A Resolução Conjunta Nº 1, de 15 de abril de 2014, estabelece os parâmetros de acolhimento de LGBT em privação de liberdade no Brasil – entende-se por LGBT a população composta por lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. (BRASIL, 2017f).

De acordo com essa Resolução, os direitos da população estão elencados da seguinte forma:

Art. 2º - A pessoa travesti ou transexual em privação de liberdade tem o direito de ser chamada pelo seu nome social, de acordo com o seu gênero.

Parágrafo único - O registro de admissão no estabelecimento prisional deverá conter o nome social da pessoa presa.

Art. 3º - Às travestis e aos gays privados de liberdade em unidades prisionais masculinas, considerando a sua segurança e especial vulnerabilidade, deverão ser oferecidos espaços de vivência específicos.

§ 1º - Os espaços para essa população não devem se destinar à aplicação de medida disciplinar ou de qualquer método coercitivo.

§ 2º - A transferência da pessoa presa para o espaço de vivência específico ficará condicionada à sua expressa manifestação de vontade.

Art. 4º - As pessoas transexuais masculinas e femininas devem ser encaminhadas para as unidades prisionais femininas.

Parágrafo único - Às mulheres transexuais deverá ser garantido tratamento isonômico ao das demais mulheres em privação de liberdade.

Art. 5º - À pessoa travesti ou transexual em privação de liberdade serão facultados o uso de roupas femininas ou masculinas, conforme o gênero, e a manutenção de cabelos compridos, se o tiver, garantindo seus caracteres secundários de acordo com sua identidade de gênero. (BRASIL, 2017f).

A exemplo desse tratamento isonômico, uma juíza da Vara de Execuções Penais do DF autorizou a direção do Centro de Detenção Provisória – CDP a não submeter a corte de cabelo imposto aos custodiados do sexo masculino as internas do sexo biológico masculino que declarem identidade de gênero feminina e, na data do recolhimento, já apresentem cabelos naturais longos e não tenham realizado cirurgia de redesignação sexual. (TJDFT, 2017).

Ao decidir, a juíza afirma que embora o custodiado que não fez cirurgia de redesignação sexual não possa ser alocado em presídio destinado a mulheres, com as quais se identifica, “tal fato não pode ser impeditivo que tenha o mesmo tratamento reservado a elas quanto ao corte de cabelo sob pena de se deixar de reconhecer a própria identidade de gênero ou de não se dar tratamento digno”. E acrescenta: “Os cabelos compõem a moldura do rosto e significam, para a imensa maioria das mulheres, mulheres trans e travestis, uma das formas de empoderamento, aptos a demarcar suas individualidades ou características de ousadia, juventude, liberdade,

sedução, poder, entre outros predicados, tornando-se ingrediente fundamental de sua identidade". (TJDFT, 2017).

Assim, entendendo que deve ser dispensado "tratamento igual para os iguais e desigual para os desiguais na medida de suas igualdades e desigualdades e, tendo por norte o disposto no inciso XII do artigo 41 da LEP, segundo o qual constitui-se direito da pessoa presa 'a igualdade de tratamento, salvo quanto a exigência da individualização da pena'", a magistrada afastou a necessidade do corte de cabelo. (TJDFT, 2017).

A legislação ainda garante:

Art. 6º - É garantido o direito à visita íntima para a população LGBT em situação de privação de liberdade, nos termos da Portaria MJ nº 1.190/2008 e na Resolução CNPCP nº 4, de 29 de junho de 2011.

Art. 7º - É garantida à população LGBT em situação de privação de liberdade a atenção integral à saúde, atendidos os parâmetros da Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais - LGBT e da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional - PNAISP.

Parágrafo único - À pessoa travesti, mulher ou homem transexual em privação de liberdade, serão garantidos a manutenção do seu tratamento hormonal e o acompanhamento de saúde específico.

Art. 8º - A transferência compulsória entre celas e alas ou quaisquer outros castigos ou sanções em razão da condição de pessoa LGBT são considerados tratamentos desumanos e degradantes.

Art. 9º - Será garantido à pessoa LGBT, em igualdade de condições, o acesso e a continuidade da sua formação educacional e profissional sob a responsabilidade do Estado.

Art. 10 - O Estado deverá garantir a capacitação continuada aos profissionais dos estabelecimentos penais considerando a perspectiva dos direitos humanos e os princípios de igualdade e não-discriminação, inclusive em relação à orientação sexual e identidade de gênero.

Art. 11 - Será garantido à pessoa LGBT, em igualdade de condições, o benefício do auxílio-reclusão aos dependentes do segurado recluso, inclusive ao cônjuge ou companheiro do mesmo sexo. (BRASIL, 2017f).

Poder ser chamado (a) pelo nome social, ter garantido tratamento isonômico, poder receber visita íntima dentro dos estabelecimentos prisionais e poder manter os cabelos compridos, por exemplo, significam um avanço sem tamanho para a execução penal. Contudo, encontra-se poucos dados de LGBT em situação de cárcere para que possamos estabelecer um parâmetro de aplicabilidade da Resolução Conjunta com a realidade, de fato, dos estabelecimentos prisionais.

5. CONCLUSÃO

O que se pode concluir diante do exposto neste trabalho é que a desigualdade de gênero, apesar de ter evoluído muito com o constante crescimento dos mais diversos movimentos sociais, ainda é latente em todas as esferas da sociedade.

Nos estabelecimentos prisionais não seria diferente, tanto homens quanto mulheres que ingressam no sistema prisional são rotulados pela sociedade, quase que de forma automática, como indivíduos que não indignos de ressocialização. A grande preocupação da sociedade não está na prevenção, onde dever-se-ia buscar evitar que as pessoas ingressassem no sistema penal, mas está no empenho de não mais integralizar a pessoa que fora condenada. Esquece-se de que, estas pessoas apenas estão com seus direitos civis suspensos, e não extirpados, desta forma, através de um lapso temporal determinado, estes indivíduos estarão de volta ao convívio, para o agrado da sociedade, ou não.

Ocorre que, já não bastasse a barreira da desigualdade de gênero enfrentada, diariamente, pelas mulheres, o cárcere promove, ainda mais, um desrespeito às peculiaridades dessas mulheres que estão encarceradas, já que elas são submetidas a ocuparem espaços físicos planejados para custodiar exclusivamente homens. Entretanto, ser mulher, naturalmente, é possuir características específicas do seu ser, como menstruação, por exemplo. Isto posto, não há como ignorar o fato de que homens e mulheres são diferentes na sua própria concepção.

Analisando os dados sobre mulheres encarceradas, resta cristalino que elas são minoria na estatística prisional, contudo, isso não pode significar desrespeito aos seus direitos e garantias, amplamente positivados na Constituição Federal, na Lei de Execução Penal e Políticas Públicas.

Uma dessas garantias são os direitos sexuais e reprodutivos, todavia são poucos os estabelecimentos prisionais onde há mulheres custodiadas e que tem estrutura para receber visitas íntimas, haja vista que o direito a visita íntima, instituído em 1987 passou a vigorar logo em seguida nas cadeias masculinas, mas nas femininas isso ocorreu somente em 2001, após muita insistência de diversos grupos de defesa dos direitos femininos.

Hoje, as mulheres que estão custodiadas pelo sistema prisional têm pouca instrução, ou quase nenhuma, sobre métodos contraceptivos, pois os estabelecimentos julgam não ser necessário esse tipo de instrução. As gestantes não possuem assistência obstétrica, tampouco conseguem realizar um pré-natal adequado, com acompanhamento mensal, ou ainda, alojamentos adequados. As parturientes também não possuem espaços físicos destinados a elas e a seus filhos recém-nascidos, que mal chegaram ao mundo e já estão sendo castigados com o isolamento social.

A discrepância de tratamento dado ao homem e a mulher dentro do cárcere é tanta, que se fez necessário criar uma Política Pública especial de atenção à essas mulheres, buscando protegê-las contra a masculinização imposta a elas.

Todavia, o que se pode extrair dos dados e das obras sobre mulheres segregadas, é que, apesar de haver regulamentação legal que ampara essas mulheres, ainda há muito o que se fazer. É necessário buscarmos, incessantemente, a preservação da igualdade prevista na Constituição. Contudo, felizmente, hoje, através do avanço dos direitos conquistados pelas mulheres ao longo do tempo, o tratamento humano dado a mulher encarcerada vem se tornando objeto de maior atenção, preservando suas individualidades e necessidades, contribuindo, assim, para sua plena ressocialização.

REFERÊNCIAS

ABREU, Maria Aparecida (Org.). **Redistribuição, reconhecimento e representação**: diálogos sobre igualdade de gênero. Brasília, DF: IPEA, 2011. 218 p.

ALVES, Schirlei. **Com 956 detendas, Santan Catarina tem apenas unidades prisionais criadas para abrigar homens**. Disponível em: <<http://dc.clicrbs.com.br/sc/noticias/noticia/2017/08/com-956-detentas-santa-catarina-tem-apenas-unidades-prisionais-criadas-para-abrigar-homens-9875003.html>>. Acesso em: 15 set. 2017.

ÂNGELO, Milton. **Direitos humanos**. Campinas, SP: LED, 1998. 364 p.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**: a experiência vivida. 6. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. v. 2.

BORGES, Paulo César Corrêa (Org.). **Sistema penal e gênero**: tópicos para a emancipação feminina. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011. (Coleção PROPG Digital - UNESP). ISBN 9788579832208. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/109196>>. Acesso em: 15 maio 2017.

BRAUNER, Maria Claudia Crespo. **Direito, sexualidade e reprodução humana**: conquistas médicas e debate bioético. Rio de Janeiro: Renovar, 2003. 223 p.

BRASIL. **Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984**. Institui a Lei de Execução Penal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7210compilado.htm>. Acesso em: 08 ago. 2017a.

_____. (Ministério da Justiça - DEPEN). **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias - INFOPEN MULHERES**. Departamento Penitenciário Nacional. Brasília. Disponível em: <<http://www.justica.gov.br/noticias/estudo-traca-perfil-da-populacao-penitenciaria-feminina-no-brasil/relatorio-infopen-mulheres.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2017b.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 12 jun. 2017c.

_____. (Ministério da Saúde – Secretaria de Atenção à Saúde). Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Área Técnica de Saúde da Mulher. **Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos: uma prioridade do governo** – Brasília: Ministério da Saúde, 2005. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cartilha_direitos_sexuais_reprodutivos.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2017d.

_____. (Secretaria de Políticas para as Mulheres e Ministério da Justiça). **Portaria Interministerial MJ/SPM nº 210/2014**. Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional. Brasília. 2014. Disponível em: <<http://www.justica.gov.br/seus-direitos/politica-penal/politicas-2/mulheres-1/anexos-projeto-mulheres/portaria-interministerial-210-2014.pdf>>. Acesso em: 06 ago. 2017e.

_____. (Conselho Nacional De Combate À Discriminação). **Resolução Conjunta Nº 1, De 15 De Abril De 2014**. DOU de 17/04/2014 (Nº 74, Seção 1, Pág. 1). Disponível em: <http://www.justica.gov.br/seus-direitos/politica-penal/politicas-2/diversidades/normativos-2/resolucao-conjunta-no-1-cnpc-e-cncd_lgbt-15-de-abril-de-2014.pdf/view>. Acesso em: 22 out. 2017f.

BRITO, Renata Romolo. Apontamentos para uma compreensão dos direitos humanos no pensamento de Hannah Arendt. **Revista Jurídica**. Campinas. V 21. N. 2. 2005. p. 97-101.

CABRAL, Karina Melissa. **Direito da mulher**: de acordo com o novo Código Civil. Leme, SP: LED, 2004. 272 p.

CERNEKA, Heidi Ann. **Regras De Bangkok – Está Na Hora De Fazê-Las Valer**. 2012. Disponível em: <<http://carceraria.org.br/wp-content/uploads/2012/09/As-Regras-de-Bangkok-ibccrim.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2017.

FALEIROS, Vicente de Paula. **O que é política social**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991. 83 p.

Grupo de Estudos Carcerários Aplicados da Universidade de São Paulo (GECAP-USP). **A Constituição Federal, a Lei de Execução Penal e o preso - 7** informações básicas sobre encarceramento. 2012. Disponível em: <<http://www.gecap.direitorp.usp.br/index.php/noticias/43-a-constituicao-federal-a-lei-de-execucao-penal-e-o-presos-7-informacoes-basicas-sobre-encarceramento>>. Acesso em: 06 out. 2017.

IZUMINO, Wânia Pasinato. **Justiça e violência contra a mulher: o papel do sistema judiciário na solução dos conflitos de gênero**. São Paulo: Annablume: FAPESP, 1998. 277 p.

KANT, Immanuel. **Fundamentação Da Metafísica Dos Costumes E Outros Escritos**. São Paulo: Martin Claret, 2008.

MACIEL, Roelton. **Santa Catarina tem 70% das unidades prisionais interditadas pela Justiça por superlotação**. Disponível em: <<http://dc.clicrbs.com.br/sc/noticias/noticia/2016/04/santa-catarina-tem-70-das-unidades-prisionais-interditadas-pela-justica-por-superlotacao-5782263.html>>. Acesso em: 15 set. 2017.

MARQUES, Ana Luísa Bussular; OLIVEIRA, Fernanda Vargas De. **Contando Os Dias - Relatos de Mulheres Que Vivem Atrás Das Grades, Distantes de Seus Filhos**. 1. ed. Íthala, 2014. 127 p.

MATTOS, Amália Ivine Santan et al. **Desigualdades De Gênero: Uma Revisão Narrativa**. 2015. Disponível em: <<http://www.uesb.br/revista/rsc/v11/v11n3a09.pdf>>. Acesso em: 28 maio 2017.

MEDEIROS, Alexandro M. **Políticas Públicas**. 2013. Disponível em: <<http://www.portalconscienciapolitica.com.br/ci%C3%Aancia-politica/politicas-publicas/>>. Acesso em: 15 set. 2017.

MOREIRA, Vital. Gomes, Carla de Marcelino. **Compreender os Direitos Humanos**. Manual de Educação para os Direitos Humanos. Versão original editada por WOLFGANG BENEDEK. 3ª edição em Língua Inglesa: European Training and Research Centre for Human Rights and Democracy (ETC) Graz, 2012. 648 p.

NUCCI, Marina. **O sexo do cérebro: uma análise sobre gênero e ciência**. In: Secretaria de Políticas para as Mulheres. (Org.). 6o Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero - Redações, artigos científicos e projetos pedagógicos premiados. Brasília: Presidência da República, Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2010, p. 31-56.

OFFE, Claus. **Problemas estruturais do estado capitalista**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984. 386 p.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10133.htm>. Acesso em 28 maio 2017a.

_____. **Relatório da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento**. Plataforma de Cairo. 1994. 112 p. Disponível em: <<http://www.unfpa.org.br/Arquivos/relatorio-cairo.pdf>>. Acesso em: 14 ago. 2017b.

_____. **Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento 2014**. Disponível em: <<http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/>>. Acesso em: 28 set. 2017c.

_____. **Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial sobre a Mulher**. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2014/02/declaracao_pequim.pdf>. Acesso em: 28 maio 2017d.

_____. **Regras de Bangkok**: Regras das Nações Unidas para o Tratamento de Mulheres Presas e Medidas Não Privativas de Liberdade para Mulheres Infratoras, Conselho Nacional de Justiça. 1. ed. Brasília: 2016. 80 p. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2016/03/27fa43cd9998bf5b43aa2cb3e0f53c44.pdf>>. Acesso em: 8 abr. 2017e.

OSORIO, Fernanda Correa, ALBUQUERQUE, Laura Gigante, GOULART, Domenique Assis. **O sistema prisional construído sob a lógica masculina e as violações contra a mulher em situação de cárcere**. *Instituto Brasileiro De Ciências Criminais*. Boletim - 291 - Fevereiro/2017. Ano 25. ISSN 1676-3661. Disponível em: <https://www.ibccrim.org.br/boletim_artigos/333-291-Fevereiro2017>. Acesso em: 13 mar. 2017.

PARENTONI, Roberto B. **Deveres do Preso**. 2012. Disponível em: <<https://robertoparentoni.jusbrasil.com.br/artigos/121939940/execucao-penal-deveres-e-direitos-do-preso>>. Acesso em: 15 set. 2017.

PITANGUY, Jacqueline. **Os Direitos Humanos das Mulheres**. Fundo Brasil de Direitos Humanos. Disponível em: <http://www.fundodireitoshumanos.org.br/downloads/artigo_mulheres_jacpit.pdf>. Acesso em: 29 set. 2017.

QUEIROZ, Nana. **Presos Que Menstruam**. 1. ed. Editora Record. 2015. 294 p.

RAMOS, André de Carvalho. **Curso de direitos humanos**. São Paulo: Saraiva, 2014. 656 p.

REIS, Jorge Renato dos. LEAL, Rogério Gesta. **Direitos Sociais e Políticas Públicas**: desafios contemporâneos. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006.

RELATÓRIO federal mostra condições degradantes em 5 presídios de SC. G1 Santa Catarina. 2016. Disponível em: < <http://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2016/01/relatorio-federal-mostra-condicoes-degradantes-em-5-presidios-de-sc.html>>. Acesso em: 15 set. 2017.

RUA, Maria das Graças. **Políticas públicas.** Florianópolis: CAPES/UAB, 2009. 27 p.

SARLET, Ingo Wolfgang. **Dignidade da Pessoa Humana e Direitos Fundamentais na Constituição Federal de 1988.** 5. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas:** conceitos, esquemas de análises, casos práticos. São Paulo: CENGAGE Learning, 2012. 149 p.

SOUZA, Celine. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, jul/dez 2006, p. 20-45.

SPOSATI, Aldaiza O. **Assistência na trajetória das Políticas Sociais Brasileiras:** Uma questão em análise. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1986. 112 p.

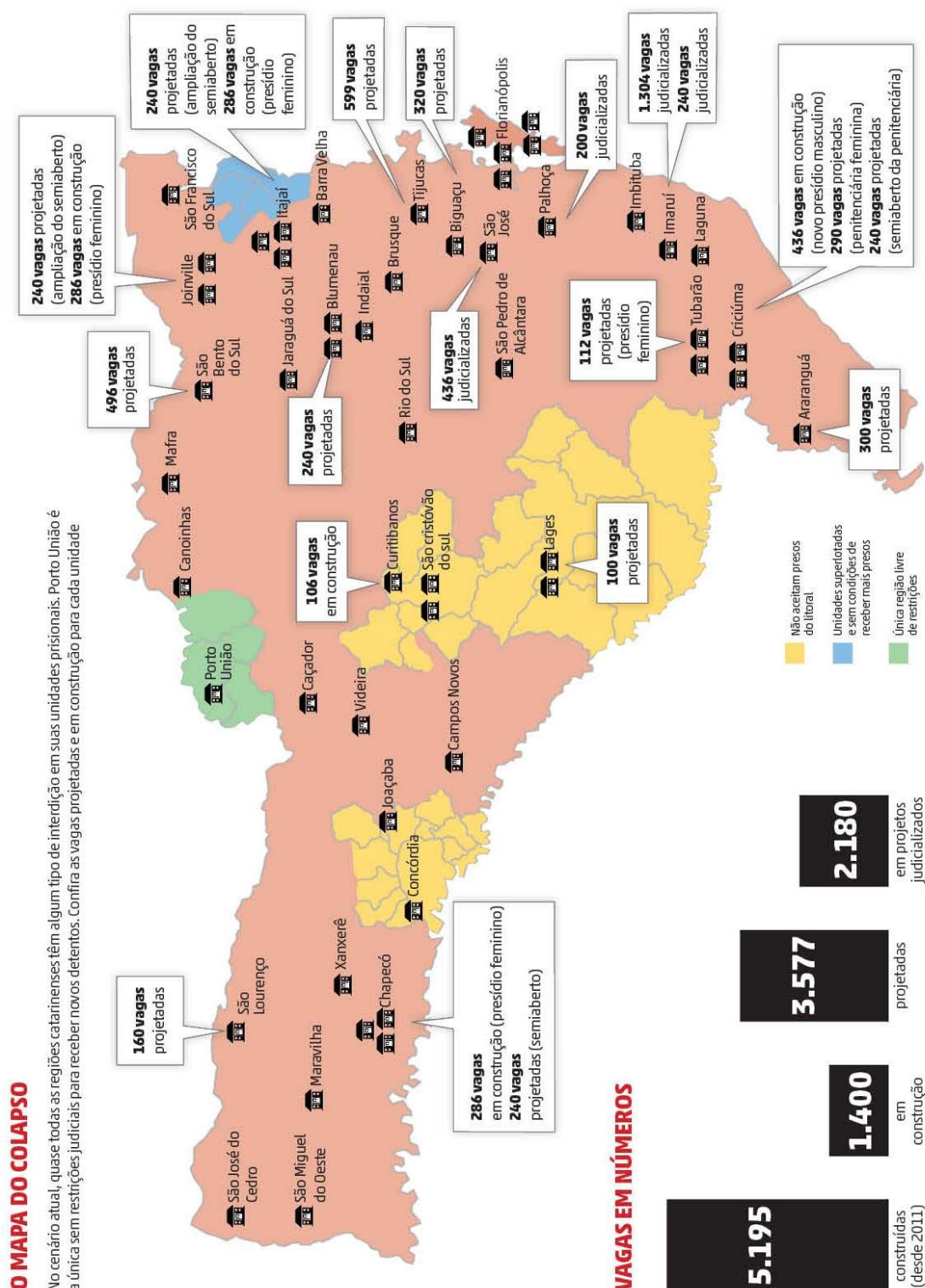
VIANA, Nildo. **A Constituição das Políticas Públicas.** Revista Plurais (Online), v. 1, p. 94-112, 2006. Ciência Política, Sociologia, Historiografia, Marxismo. Disponível em: <<http://www.nee.ueg.br/seer/index.php/revistaplurais/article/viewFile/69/96>>. Acesso em: 15 set. 2017.

VENTURA, Miriam. **Direitos reprodutivos no Brasil.** 3. ed Brasília, DF: Ed. do autor, 2009. 292 p.

VERUCCI, Florisa. **A mulher e o direito.** São Paulo: Nobel, 1987. 211 p.

ANEXO

ANEXO A – MAPA DE PRESÍDIOS EM SANTA CATARINA. 2016.



Fonte: Diário Catarinense. 2016. Disponível em: <http://dc.clicrbs.com.br/sc/noticias/noticia/2016/04/santa-catarina-tem-70-das-unidades-prisionais-interditadas-pela-justica-por-superlotacao-5782263.html>. Acesso em 15 out. 2017.